



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

PRISCILA CRISTINA ZAMBRANO

Linguagem inclusiva em destaque: pesquisa, análise e  
divulgação dos xis da questão

SÃO CARLOS-SP  
2022

PRISCILA CRISTINA ZAMBRANO

Linguagem inclusiva em destaque: pesquisa, análise e divulgação dos xis da questão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Licenciada em Letras - Português/Espanhol.

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Carnielli Biazolli

São Carlos-SP  
2022

Zambrano, Priscila Cristina

Linguagem inclusiva em destaque: pesquisa, análise e divulgação dos xis da questão / Priscila Cristina Zambrano -- 2022.  
127f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Caroline Carnielli Biazolli  
Banca Examinadora: Rosane de Andrade Berlinck, Marcus Garcia de Sene  
Bibliografia

1. Linguagem inclusiva. 2. Identidades. 3. Divulgação científica. I. Zambrano, Priscila Cristina. II. Título.

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Curso de Licenciatura em Letras

### **Folha de aprovação**

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da candidata Priscila Cristina Zambrano, realizada em 18/01/2022.

---

Orientadora: Profa. Dra. Caroline Carnielli Biazolli  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

---

Avaliadora: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/FCLAr

---

Avaliador: Prof. Me. Marcus Garcia de Sene  
Universidade Estadual Paulista - UNESP/FCLAr

**A todes aqueles que se sentiram invisibilizados, em algum momento da vida, por serem apenas quem são. Que este trabalho seja o eco de vozes que nunca morrerão.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Elisabete e Armando, por sempre acreditarem em mim, por me ensinarem a ver o mundo com olhos gentis e por me darem força todos os dias, com generosidade e amor.

Ao meu irmão Guilherme, por me apoiar e me ensinar a ser uma profissional cada vez mais competente, pelos finais de semana em que me ajudou a respirar fora da bolha acadêmica e me fez sentir entusiasmada novamente.

Aos meus tios e primos, Cláudia, Júnior, Breno e Lucas, por serem tão presentes em minha vida, antes mesmo de eu estar nesse mundo com vocês, por me aceitarem como sou e por iluminarem meu caminho nos dias difíceis.

Às minhas amigas de uma vida toda, Adrieli, Lana, Natália e Thaysa, pelos mais de 15 anos de amor genuíno, respeito e admiração. Por serem meu colo e meu refúgio, minha sorte grande na vida. Sem a amizade de vocês, eu nada seria.

Ao meu grupo de amigas da universidade, Ana, Isabella, Larissa, Rayra e Renan. Minha alegria é saber que pude ter vocês ao meu lado durante todos esses anos. Sempre lembrarei com carinho e com saudade das nossas histórias, das organizações de festas, das fofocas edificantes no PQ e dos encontros na pracinha do DL. Estarei vibrando por vocês sempre, onde quer que estejam.

A todos aqueles que cruzaram meu caminho na UFSCar e na cidade de São Carlos, que foram chefes e colegas e hoje são grandes amigos e amigas. Serei eternamente grata por conhecê-los, pelos laços que criamos e pelas histórias que vivemos.

Às amizades iniciadas e consolidadas com minhas companheiras e companheiros do serviço público, pelos ensinamentos, pelo respeito e por serem quem são. Que esse vínculo se fortaleça cada vez mais.

À Profa. Dra. Caroline Carnielli Biazolli e pelo universo tê-la colocado em meu caminho, por ter aceitado esse desafio desde o primeiro momento, pela compreensão e respeito mútuos. Agradeço imensamente todo carinho e orientação, por ter acompanhado meu amadurecimento acadêmico e por ter contribuído incrivelmente para que esse ciclo se consolidasse. Por me instruir enquanto aluna e pessoa.

À Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck e ao Prof. Me. Marcus Garcia de Sene por terem, gentilmente, aceitado participar como membros da banca examinadora, pela leitura minuciosa deste trabalho e pelos apontamentos necessários e valiosos para o estudo. Agradeço por todas as reflexões tecidas e por me entusiasmarem a continuar nessa jornada acadêmica.

Aos professores e funcionários do Departamento de Letras da UFSCar, pela dedicação, suporte, conselhos e indicações durante toda a minha trajetória. Todos foram essenciais para que eu alcançasse mais essa vitória em minha vida.

E, por fim, à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que apesar de todos os ataques direcionados ao ensino público e à área de Humanidades, resistiu bravamente. Que continue resistindo e lutando pelo o que é direito.

Numa época em que a discriminação em termos de raça, cor, religião ou sexo não é publicamente aceitável, o último baluarte da discriminação social explícita continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua.

*James Milroy (apud BAGNO, 2003, p. 13)*

Mas quando alguém te disser tá errado ou errada  
Que não vai s na cebola e não vai s em feliz  
Que o x pode ter som de z e o ch pode ter som de x  
Acredito que errado é aquele que fala correto e não vive o que diz

*O Teatro Mágico (ANITELLI, 2003)*



## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso objetiva investigar a linguagem inclusiva, com vistas a uma definição coesa de sua natureza. Partimos da sua defesa, por considerarmos o seu uso um fator de inclusão social, e, tendo-a como foco, discutimos as correlações entre língua, sociedade e identidade(s). Para isso, fundamentamo-nos na visão de língua heterogênea (LABOV, 2008[1972]), a qual deve ser tomada pelas suas condições linguística e contextual. Com base em pesquisas bibliográfica e documental, organizamos um *corpus* constituído de materiais que versam sobre linguagem inclusiva, produzidos nas instâncias acadêmico-científica, jornalística e virtual/digital. As análises foram qualitativas (GONSALVES, 2001). Além disso, produzimos um material para divulgação científica, elaborado a partir das discussões desenvolvidas neste e em trabalho anterior (ZAMBRANO, 2021). Esperamos, com esta pesquisa, colaborar com a bibliografia existente sobre a temática e servir como fomento a novas investigações que venham a discorrer sobre o mesmo objeto.

**Palavras-chave:** Linguagem inclusiva. Sociedade. Identidades. Pesquisa bibliográfica. Pesquisa documental. Divulgação científica.

## RESUMEN

Este trabajo de conclusión de curso tiene como objetivo investigar el lenguaje inclusivo, con miras a una definición coherente de su naturaleza. Partimos de su defensa, ya que consideramos su uso un factor de inclusión social y, con él como foco, discutimos las correlaciones entre lenguaje, sociedad e identidad(s). Nos basamos en la visión del lenguaje heterogéneo (LABOV, 2008 [1972]), que debe tomarse por sus condiciones lingüísticas y contextuales. A partir de una investigación bibliográfica y documental, organizamos un corpus compuesto por materiales que abordan el lenguaje inclusivo, producidos en los ámbitos académico-científico, periodístico y virtual/ digital. Los análisis fueron cualitativos (GONSALVES, 2001). Además, producimos material de divulgación científica, basado en discusiones desarrolladas en este trabajo y trabajo anterior (ZAMBRANO, 2021). Esperamos, con esta investigación, colaborar con la bibliografía existente sobre el tema y servir de soporte para nuevas investigaciones que vengan a discutir el mismo objeto.

**Palabras clave:** Lenguaje inclusivo. Sociedad. Identidades. Investigación bibliográfica. Investigación documental. Divulgación científica.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Publicação na página da Associação Brasileira de Linguística – <i>Facebook</i> .....     | 17 |
| Figura 2 – Notícia sobre o uso da linguagem inclusiva em seriados, novelas.....                     | 18 |
| Figura 3 – Uso da linguagem inclusiva, por professora em escola, causa escândalo.....               | 29 |
| Figura 4 – Possível proibição do uso da linguagem inclusiva em escolas e concursos.....             | 29 |
| Figura 5 – Proposta de proibição da linguagem inclusiva tramita na Câmara de<br>Divinópolis.....    | 30 |
| Figura 6 – Proibição da linguagem inclusiva, sob a falsa concepção da “ideologia de<br>gênero”..... | 30 |
| Figura 7 – Desvalorização da ciência no Brasil.....   | 37 |
| Figura 8 – Publicação do grupo privado LDRV.....  | 54 |
| Figura 9 – Reprodução da publicação do grupo privado LDRV.....                                      | 64 |
| Figura 10 – Comentário de usuário_1.....  | 66 |
| Figura 11 – Comentário de usuário_2.....  | 66 |
| Figura 12 – Comentários de usuários_3, 4, 5, 6, 7.....  | 67 |
| Figura 13 – Comentários de usuários_8, 9.....   | 67 |
| Figura 14 – Comentário de usuário_10.....   | 68 |
| Figura 15 – Comentário de usuário_11.....   | 69 |
| Figura 16 – Comentário de usuário_12.....   | 69 |
| Figura 17 – Comentário de usuário_13.....   | 70 |
| Figura 18 – Comentário de usuário_14.....   | 70 |
| Figura 19 – Comentário de usuário_15, 16.....   | 70 |
| Figura 20 – Comentários de usuários_17.....   | 71 |
| Figura 21 – Comentário de usuário_18.....   | 71 |
| Figura 22 – “Todes” marcando presença em caixa de suco comercializada.....                          | 80 |
| Figura 23 – “Tod@s” marcando presença em <i>folder</i> de um banco.....                             | 80 |

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| Quadro 1 – Linha do tempo das conquistas LGBTQIA+.....                                      | 43 |
| Quadro 2 – Coleta de dados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.....               | 45 |
| Quadro 3 – Coleta de dados, com filtros, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações..... | 46 |
| Quadro 4 – Coleta final de dados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.....         | 46 |
| Quadro 5 – Coleta de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.....                | 46 |
| Quadro 6 – Coleta de dados, com filtros, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.....  | 47 |
| Quadro 7 – Coleta de dados no SciELO Brasil.....  | 47 |
| Quadro 8 – Coleta de dados, com filtros, no SciELO Brasil.....                              | 47 |
| Quadro 9 – Coleta final de dados no SciELO Brasil.....                                      | 48 |
| Quadro 10 – Coleta de dados no Portal de Periódicos/CAPES.....                              | 48 |
| Quadro 11 – Coleta de dados, com filtros, no Portal de Periódicos/CAPES.....                | 48 |
| Quadro 12 – Coleta final de dados no Portal de Periódicos/CAPES.....                        | 49 |
| Quadro 13 – Seleção final de materiais da Instância I: acadêmico-científica.....            | 49 |
| Quadro 14 – Coleta de dados no <i>Google</i> .....  | 50 |
| Quadro 15 – Coleta de dados, com filtros, no <i>Google</i> .....                            | 50 |
| Quadro 16 – Coleta de dados, com subrecorte ago./2020 a dez./2020, no <i>Google</i> .....   | 51 |
| Quadro 17 – Seleção final de materiais da Instância II: jornalística.....                   | 51 |
| Quadro 18 – Reações ao <i>post</i> -base.....   | 65 |

## LISTA DE SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| LGBTQIA+ | Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo, assexuais e demais orientações sexuais e variações de gênero |
| PSC      | Partido Social Cristão   |
| PL       | Partido Liberal  |
| FAPESP   | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo   |
| UNESP    | Universidade Estadual Paulista   |
| UNIFESP  | Universidade Federal de São Paulo  |
| TIC      | Tecnologia da Informação e Comunicação   |
| CAPES    | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  |
| SCiELO   | <i>Scientific Electronic Library Online</i>  |
| LDRV     | Lana Del Rey Vevo  |
| PB       | Português Brasileiro   |
| TDAH     | Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade  |

## SUMÁRIO

|          |  |    |
|----------|--|----|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 15 |
| <b>2</b> | <b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....   | 20 |
| 2.1      | Algumas considerações sobre os paradigmas formalista e funcionalista da língua.....  | 20 |
| 2.2      | Língua, sociedade e identidade(s): correlações relevantes à Sociolinguística.....  | 22 |
| 2.3      | Identidade(s) de gênero e linguagem inclusiva.....   | 28 |
| 2.4      | A relevância da divulgação científica.....   | 35 |
| 2.4.1    | De conceitos introdutórios da Sociolinguística à linguagem inclusiva: por que investir na divulgação científica?.....              | 38 |
| <b>3</b> | <b>METODOLOGIA</b> .....   | 42 |
| 3.1      | Natureza do estudo.....  | 42 |
| 3.2      | Recorte temporal das pesquisas bibliográfica e documental sobre linguagem inclusiva..  | 43 |
| 3.3      | Instrumentos de coleta de dados das pesquisas bibliográfica e documental sobre linguagem inclusiva e procedimentos de análise..... | 44 |
| 3.4      | A construção do material de divulgação científica.....   | 55 |
| 3.4.1    | Decisões sobre temáticas, estilo e estrutura do material elaborado.....  | 55 |
| <b>4</b> | <b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA</b> .....                 | 57 |
| 4.1      | Resultados da Instância I: acadêmico-científica.....   | 57 |
| 4.2      | Resultados da Instância II: jornalística.....  | 62 |
| 4.3      | Resultados da Instância III: virtual/digital.....  | 64 |
| 4.4      | Síntese dos resultados – para a elaboração do material de divulgação científica.....   | 72 |
| <b>5</b> | <b>ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA</b> .....  | 74 |
| 5.1      | Sobre as temáticas.....  | 74 |
| 5.2      | Sobre o estilo.....  | 75 |
| 5.3      | Sobre a estrutura.....   | 76 |
| 5.4      | Produto final: apresentação do nosso guia.....   | 77 |
| <b>6</b> | <b>CONCLUSÕES</b> .....  | 78 |
| <b>7</b> | <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 81 |
|          | <b>APÊNDICE – <i>Linguagem inclusiva: um guia reflexivo</i></b> .....  | 85 |

## 1 INTRODUÇÃO

Ao estudarmos toda e qualquer língua em situações reais de uso dentro de uma comunidade, deparamo-nos com a realidade da variação linguística. Partindo do pressuposto de que uma língua viva está sempre em condições de mudança, que é dinâmica e, portanto, está sujeita a variações (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972]), cabe dizermos que a fala de um indivíduo se dá em meio à heterogeneidade linguística em que ele vive.

O que muito se critica pelas vertentes que contemplam a variabilidade linguística, tal como a que adotamos aqui, é a convicção, por parte de perspectivas que priorizam um discurso homogeneizador, de que essa variabilidade confere aos fatos da língua um *status* caótico. Contrariando essa visão, baseada em uma aparente caoticidade e aleatoricidade, reforçamos a face heterogênea imanente da língua, que é regular, sistemática e previsível, porque os usos linguísticos são explicados, ao mesmo tempo, por questões estruturais e sociais (MOLLICA, 2003).

Diante da heterogeneidade linguística, defrontamo-nos com atitudes de aceitação ou de rejeição, que estão intimamente ligadas à forma como os falantes percebem/avaliam a manifestação do outro, as formas que este outro utiliza. Essas atitudes interferem no percurso de uma língua, corroborando o fato de que as línguas não existem sem as pessoas que as falam e que a história de uma língua é, portanto, a história de seus falantes (CALVET, 2002).

Ao compreendermos as diversas possibilidades de uso da língua, evitamos a propagação de discursos preconceituosos<sup>1</sup> diante de um cenário suscetível à presença das mais variadas formas. Entender, então, que o processo linguístico ocorre simultaneamente às transformações sociais de uma comunidade sugere que busquemos apreender as correlações existentes entre língua, sociedade e identidade(s).

Este estudo se direciona ao debate dessas questões teóricas, uma vez que visa compreender o contexto de emergência da utilização da *linguagem inclusiva*, a qual procura viabilizar a representação de diversas identidades. Ao verificarmos, por exemplo, formas que contemplam a utilização de “@”, “x” ou “-e”, percebemos a necessidade, por parte de pessoas

---

<sup>1</sup> A diferença de valoração dos usos linguísticos se cria socialmente, por razões políticas, culturais, sociais, e não por questões linguísticas (FARACO, 2005).

que fazem essas escolhas, de expressarem simbolicamente, através da linguagem, a diversidade e a representatividade de certas identidades – as quais podem ser constituídas de maneira fluida.

No que diz respeito à nomenclatura adotada para este estudo, com o objetivo de discutir, sobretudo, a marcação de “@”, “x” ou “-e”, ressaltamos nosso conhecimento quanto à existência de uma profusão terminológica, que reúne diversos rótulos para o mesmo fenômeno, sendo eles: *linguagem inclusiva*, *linguagem não sexista*, *linguagem neutra* e/ou *linguagem não binária*.

Compreendemos, também, que possa haver distinção entre esses termos, no caso de se pretender traçar explicações mais específicas, como no fato de (i) representar o maior uso de palavras femininas (por exemplo: *presidenta*; *membra* – *linguagem inclusiva* ou *linguagem não sexista*), (ii) utilizar expressões genéricas (por exemplo: *o pessoal docente*, ao invés de *os professores* – *linguagem inclusiva* ou *linguagem não sexista*), (iii) usar marcadores gráficos (por exemplo: *tod@s*, *todxs*, *todes* – *linguagem inclusiva*, *linguagem neutra* ou *linguagem não binária*), além do emprego de expressões que sejam consideradas menos racistas, xenofóbicas, homofóbicas, capacitistas e preconceituosas de maneira geral (por exemplo: *inveja boa*, ao invés de *inveja branca*; *que roupa sem estilo!*, ao invés de *que roupa de baiano!*; *homossexualidade*, ao invés de *homossexualismo*; e *se fingir de desentendido*, ao invés de *fingir demência* – *linguagem inclusiva*).

Além das expressões já apresentadas, há de se considerar também como referência ao fenômeno estudado o uso de *alternativas para marcação do gênero neutro* (SCHWINDT, 2020) e, dessa forma, privilegia-se um discurso que evita os termos “língua” e “linguagem”, por compreender que existem entendimentos distintos sobre essas terminologias.<sup>2</sup>

Devido ao caráter mais amplo de *linguagem inclusiva*, neste estudo, adotamos esse termo. Conforme descrito por Bagno (2017, p. 232-233, grifos do autor):

A linguagem inclusiva também representa uma contestação cultural à tradição do *binário de gênero*, isto é, a conceitualização rígida e dicotômica entre masculino e feminino que se fundamenta exclusivamente em dados biológicos e desconhece as origens eminentemente socioculturais da separação dos sexos que é, antes de mais, um construto que nada tem de

---

<sup>2</sup>Compreendemos a complexidade ao se debruçar sobre os conceitos de “língua” e “linguagem”. Por essa discussão não estar dentro dos objetivos deste estudo, não nos dedicaremos a ela. Para o aprofundamento da questão, ver Lyons (1987), Mendes (2012), dentre outros.



“natural”.

Assim como a **linguagem politicamente correta**, a linguagem inclusiva divide as opiniões de maneira bastante radical entre os/as que a apoiam abertamente e os/as que a ridicularizam. No Brasil, têm surgido algumas propostas, como o emprego, na escrita, do símbolo “@” (“@s médic@s e @s pacientes”) ou de um “x” (“amigxs”, “professorxs”), para evitar a distinção de **gêneros** morfológicamente marcada, junto com a defesa do uso mais intenso possível de fórmulas como “a pessoa” ou “as pessoas”. A reação a essas propostas é claro indício da cultura política e do *status* das mulheres em cada sociedade.

Percebemos, então, que o conceito de *linguagem inclusiva* manifesta diversas perspectivas, o que nos leva a dizer que ainda não há um consenso definitivo sobre a sua denominação e definição, inclusive pelo fato de se tratar de um tema contemporâneo que suscita ferrenhos embates, não só entre os pares de estudiosos da língua, como também na sociedade em geral:

**Figura 1** – Publicação na página da Associação Brasileira de Linguística – Facebook



Fonte: Abralin: Linguística e Foco, 2020, s/p, online

**Figura 2** – Notícia sobre o uso da linguagem inclusiva em seriados, novelas...



Fonte: Folha de S. Paulo, 01/10/2021, s/p, online

As figuras acima ilustram a repercussão que a temática alcançou recentemente. De um lado, vemos linguistas se debruçando polemicamente sobre o assunto a partir de uma publicação realizada na página da Abralín no *Facebook* (2020). Tal compartilhamento causou indignação por parte de alguns estudiosos da língua devido à escrita, feita pela Associação, no momento do compartilhamento da notícia na página: “O indivíduo afirma que palavras finalizadas por “a” e por “o” precisam perder a terminação, concedendo lugar a aberrações como “adulte”, “menine”, “filhe”, “alune” e “todes””. A falta de posicionamento explícito gerou dúvidas se, no caso, tratou-se de uma crítica à autora do texto (Cinta Chagas) ou de conivência com a abordagem apresentada.

De outro lado, vemos a Folha de São Paulo (2021) – jornal renomado e de grande circulação no país – anunciando a próxima novela da Globo<sup>3</sup> (canal de veiculação televisiva que desponta com a maior audiência em horário nobre) que movimentará a utilização da linguagem inclusiva em seu roteiro. Acerca disso, a roteirista Cláudia Souto (2021, grifos nossos) dispara: “o público de novelas é apresentado todos os dias a novas gírias, sotaques e palavras. Não é diferente com o gênero neutro. **Logo se darão conta de que é uma nova forma de expressão.** Acho relevante que seja mostrada numa obra de tanto alcance.”

É em virtude da inquietação a respeito desse assunto que tomamos como objetivo

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/10/linguagem-neutra-de-amigues-todes-elu-e-ile-enfim-ganha-a-tv-e-os-livros.shtml>. Acesso em: 13 out. de 2021.

geral desta pesquisa compreender o que tem sido rotulado como *linguagem inclusiva* – o que é, para o que e para quem serve –, por meio de reflexões teóricas sobre língua, sociedade e identidades, bem como a partir da identificação, coleta e análise crítica de materiais sobre essa mesma temática, produzidos nas instâncias acadêmico-científica, jornalística e virtual/digital, buscando defendê-la como fator de inclusão social, e não como uma forma puramente neutra de se utilizar a língua. Realizamos, portanto, pesquisas bibliográfica e documental, a partir de um recorte temporal – a saber: de 2011 a 2020.

Em consonância a esse propósito, dentre os objetivos específicos, avançamos (i) ao nos aprofundarmos em conceitos relacionados à Sociolinguística Variacionista; (ii) ao debatermos as razões para a emergência da linguagem inclusiva – em especial, do uso de “@”, “x” ou “-e” –, considerando sobretudo os fatores extralinguísticos que a impulsionam; (iii) ao analisarmos argumentos que a defendam ou a rechaçam; e, por último, (iv) ao elaborarmos um material de divulgação científica, fruto de todas as reflexões realizadas no decorrer desta pesquisa.

Salientamos que pesquisas que tratam dos fatos linguísticos interligando-os ao contexto situacional de seus usos, tal como se faz nos estudos sociolinguísticos, estão em constante progressão e são extremamente relevantes, uma vez que suas realizações se dão, inclusive, devido às demandas sociais, que propiciam reflexões sobre questões atuais. Esta investigação se articula nessa direção, ao tratar das inter-relações entre língua, sociedade e identidades. Examinar a inclusão (e, em contraposição, a exclusão) social por meio dos fatos linguísticos ainda é bastante atual e necessário.

Nas seções que se seguem, apresentamos a fundamentação teórica, a metodologia, a análise e discussão dos resultados das pesquisas bibliográfica e documental, o material produzido de divulgação científica sobre a linguagem inclusiva e as conclusões a que chegamos. Esperamos que, de algum modo, esta investigação possa contribuir para o melhor entendimento da linguagem inclusiva em nosso contexto.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em conformidade com os nossos objetivos é necessário tecer algumas considerações sobre as tendências de pesquisa que se dedicaram a explicar as variações, as mudanças e os usos linguísticos. Nesta seção, partimos de uma sucinta apresentação sobre dois grandes paradigmas da Linguística, os quais amparam diferentes correntes teóricas, para, na sequência, ponderarmos as reverberações de ambos no campo da Sociolinguística, desde os estudos labovianos até tratados atuais que discutem identidade(s) e gênero, já que é objeto de nossa investigação o uso da *linguagem inclusiva*. Feito isso, buscamos demonstrar a pertinência de levar tais conhecimentos a públicos gerais, a fim de que compreendam pontos-chave para o debate acerca da linguagem que aqui ressaltamos.

### 2.1 Algumas considerações sobre os paradigmas formalista e funcionalista da língua

A linguística moderna, em linhas gerais, evidencia dois paradigmas de estudo acerca da língua: o paradigma formalista e o paradigma funcionalista. Na tentativa de buscar uma abordagem que melhor justifique a trajetória linguística, esses panoramas divergem entre si pelos aspectos de concepção e análise da língua.

Segundo Dillinger (1991), ao formalismo é atribuído o estudo da *forma* linguística. Estudos orientados por essa perspectiva compreendem a língua como um sistema autônomo, capaz de assumir explicações para suas peculiaridades a partir de observações de sua própria estrutura. Por outro lado, o funcionalismo – tendência na qual predomina o interesse pela *função* da forma linguística – destina-se ao estudo da língua em situações reais de uso, sendo o sistema linguístico subalternizado aos usos linguísticos, tornando ineficaz deslocá-la de seu contexto e situação comunicativa, uma vez que “a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (FURTADO DA CUNHA, 2008, p. 157).

No início do século XX, atrelado a essa visão formal, deparamo-nos com o discurso estruturalista de Saussure. O linguista faz uma abordagem homogênea da língua, versando-a como um sistema autônomo que se estrutura seguindo leis e regras internas do próprio sistema e propõe a formulação da linguística a partir de papéis pertencentes à Linguística Interna e à Linguística Externa, embora reconheça a relação inerente entre ambas. Assim

sendo, privilegiou o que seria concernente à forma, excluindo o caráter social, histórico e cultural na relação língua-sociedade (ALKMIN, 2001), conforme rematado no seguinte trecho presente no *Curso de Linguística Geral*: “a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 2012, p. 305).

Ainda em alusão à concepção de um axioma homogêneo da língua, na sequência do estruturalismo, perfila-se o gerativismo. Seguindo a visão da linguística fundamentada por Chomsky, que considera a linguagem uma capacidade inata do falante, novamente, por uma opção teórico-metodológica, prioriza-se o caráter formal e estrutural do fenômeno linguístico.

A linguística gerativa surgiu em resposta e recusa ao modelo behaviorista, que interpreta a linguagem humana como um condicionamento social, ou seja, o comportamento linguístico de um falante é resultado de estímulos recebidos da interação social, que, produzidos com intensa repetição, se transformariam em hábitos. Essa visão comportamentalista da linguagem é criticada por Chomsky ao manifestar o poder que o indivíduo tem de agir criativamente sobre a linguagem e proferir palavras, frases e expressões nunca ditas anteriormente, contrariando, diante disso, o argumento behaviorista da repetição (KENEDY, 2008). Nessa lógica, o gerativismo analisa a linguagem como uma faculdade mental natural e não mais, conforme destacado até então, como um comportamento socialmente condicionado – “a morada da linguagem passa a ser a mente humana” (KENEDY, 2008, p. 129).

Ambas as considerações tiveram grandes projeções na história da Linguística, tendo sido dominantes durante considerável tempo, e a levaram ao patamar de um campo pleno de estudos, traçando objetivos e metodologias que a sustentaram como Ciência. Entretanto, os pressupostos teórico-metodológicos estruturalistas e gerativistas não se ampararam no componente social, deixando questionamentos externos (cabe dizer: históricos, sociais, políticos e ideológicos) relegados a segundo plano, compreendendo que a estrutura era suficiente para explicar a objeto de estudo.

Em oposição a esse paradigma formalista, o funcionalismo despontou como uma abordagem que concebe a linguagem como um instrumento de interação social, buscando estudar a relação entre estrutura gramatical e diferentes contextos comunicativos em que a língua é utilizada. O propósito é analisar a motivação para os fatos da língua através das escolhas linguísticas realizadas pelos falantes em contextos reais de uso.

Como afirma Furtado da Cunha (2008, p. 158), diferentemente dos gerativistas, “a aquisição da linguagem é explicada em termos de desenvolvimento das necessidades e habilidades comunicativas da criança” e, nesse seguimento, admite-se uma relação intrínseca entre *forma* e *função*, de maneira que as funções externas atuam simultaneamente à organização formal do sistema linguístico. Furtado da Cunha (2008, p. 158), mais adiante, resume que, ao modelo funcionalista de análise linguística, corresponde a premissa de que “a língua não constitui um conhecimento autônomo, independente do comportamento social, ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, de diferentes situações comunicativas”.<sup>4</sup>

Aproxima-se a esse segundo paradigma a área da Sociolinguística, que “estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 141). São nos pressupostos teóricos da Sociolinguística que, de forma predominante, baseamo-nos nesta pesquisa, os quais foram repercutidos, dentre outros linguistas, inicialmente por Meillet, também no início do século XX.

## **2.2 Língua, sociedade e identidade(s): correlações relevantes à Sociolinguística**

Na perspectiva sociolinguística, a língua deixa de ser compreendida como uma entidade homogênea (até então firmada pela tradição estruturalista de Saussure) e passa a ser reconhecida a sua dinamicidade, isto é, a face heterogênea imanente da língua. Essa corrente de estudo parte da noção de que as variações e mudanças linguísticas são influenciadas tanto por fatores estruturais quanto sociais e, nesse sentido, a natureza mutável da língua é um pressuposto fundamental, que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento linguístico (ALKMIN, 2001).

No ano de 1962, Labov – considerado o pai da Teoria da Variação e Mudança Linguísticas – divulga, em sua dissertação de mestrado, estudos sobre a comunidade de *Martha's Vineyard*, nos quais investiga as diferenças das variedades linguísticas dos nativos ilhéus em relação às variedades de grupos de falantes de outras áreas, insistindo expressamente na interdependência entre língua e sociedade, capaz de explicar os usos

---

<sup>4</sup> Assim como não nos preocupamos em detalhar diferentes correntes do estruturalismo, por não ser o escopo deste estudo, também não abordaremos os diferentes modelos funcionalistas (para isso, ver Furtado da Cunha (2008) – dentre tantos outros autores).

linguísticos como reflexo da identificação (ou não) à ilha. Seu trabalho seria representativo na transição entre dialetologia geográfica e sociolinguística variacionista urbana (BORTONI-RICARDO, 2014).

Nos estudos dialetológicos, o fundamento principal provém do fato de que a distribuição de uma comunidade em determinada área geográfica é motivo de diferenciação linguística e que cada ponto dessa área possui vivências socioculturais que se refletem na língua (FARACO, 2005). Labov, em tal caso, descarta o método de inquérito dialetológico e se firma no trabalho empírico de gravação de falas espontâneas, visando se aproximar do vernáculo dos falantes.

Aprofundando-se no exame das correlações entre língua e sociedade, em 1966, o sociolinguista publica um estudo intitulado *The Social Stratification of English in New York City* (tese de doutorado), no qual procura compreender a estratificação social dos falantes por meio das variações fonológicas do /r/ em lojas de departamentos de Nova York.

Conforme Calvet (2002) sinaliza, Labov exprimia certa resistência ao termo “Sociolinguística”, “já que ele [o termo] implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem-sucedida que não é social” (LABOV, 2008[1972], p. 13)]. De acordo com Labov (apud CALVET, 2002, p. 32),

Para nós, nosso objeto de estudo é a estrutura e a evolução da linguagem no seio do contexto social formado pela comunidade linguística. Os assuntos considerados provêm do campo normalmente chamado ‘linguística geral’: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica [...]. Se não fosse necessário destacar o contraste entre este trabalho e o estudo da linguagem fora de todo contexto social, eu diria de bom grado que se trata simplesmente de linguística.

O cerne de toda essa argumentação é regido pelo princípio de que não é possível pensar em uma linguística deslocada das condições sociais e de que pensar em (sócio)linguística para salientar isso é, em outras palavras, redundante. Ainda assim, numa tentativa de ensejar um conceito mais instrutivo, Faraco (2005) discorre sobre o campo de pesquisa como sendo o estudo das correlações sistemáticas entre formas linguísticas variantes (formas distintas de se dizer a mesma coisa) e fatores censitários (sexo, nível de escolaridade,

etnia, etc). Nessa perspectiva, a Sociolinguística vem para acrescer a dimensão social junto à dimensão geográfica da dialetologia, como condição para a diferenciação linguística.

Recentemente, a corrente variacionista da Sociolinguística vem avançando com pesquisas que se direcionam a estudar variáveis como indexadores de comportamentos e significados construídos socialmente: são pertencentes ao que se convencionou por Eckert (2005) como “Terceira onda da Sociolinguística”, corroborada pela visão da variação como um sistema complexo de significados sociais em potencial (COELHO *et al.*, 2015). Na terceira onda, como anuncia Freitag (2015, p. 4), vale-se “não mais buscar correlação entre o padrão linguístico e as categorias sociais, mas identificar as categorias sociais que atuam no padrão linguístico”.

Se, por um lado, já observamos a relação intrínseca entre língua e identidade nos estudos de Labov – uma vez que a centralização (ou não) dos ditongos /ay/ e /aw/ em *Martha’s Vineyard* e a presença (ou ausência) do /r/ em posição pós-vocálica na fala de novaiorquinos marcaram a diferenciação entre grupos de falantes –; por outro, o processo de acepção do que vem a ser identidade tem tomado grandes espaços nas discussões linguísticas atuais (FREITAG, SCHWINDT, RABELO, 2020)<sup>5</sup>. Definir identidade, entretanto, tem sido tarefa difícil, já que nos deparamos com tamanha complexidade temática que tramita em diversos ramos da ciência e exprime sua definição de maneira díspar dentro desta ou daquela vertente. Nosso estudo se alinha a correntes que vislumbram a ligação entre língua, sociedade e identidade(s), apropriando-se de teóricos que transitam entre os campos de estudos das ciências humanas e sociais.

Nessa direção, Hall (2013) propõe um balanço geral da problemática da identidade: critica a ideia de uma “identidade integral, originária e unificada” (HALL, 2013, p. 103), ao passo que sugere que trabalhemos com o conceito de identidade enquanto “rasura”, numa espécie de “ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chaves não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2013, p. 104), isto é, precisamos acompanhar a perspectiva de mudança do que se entende por identidade, não a partir do cancelamento de produções anteriores sobre o conceito, mas sim salientando a sua desconstrução e atualizando-a. Ao esmiuçar a questão, o autor toma como preferível

---

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_AdQFP3ssAY](https://www.youtube.com/watch?v=_AdQFP3ssAY). Acesso em: 09 dez. 2021.



referir-se às indagações sobre o construto da identidade por meio do termo identificação, se situadas numa discussão sobre o processo de subjetivação, e comenta:

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. (HALL, 2013, p.106)

Ainda sobre identidade, reitera que

O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista (...). Esta concepção de identidade *não* assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. (HALL, 2013, p.108, grifo do autor)

Dessa afirmação, entendemos que a identidade nunca é completada e traz sempre o ideal de pertencimento e continuidade; é um processo constantemente refeito, mesmo que não percebamos; um conceito fluido que se contrapõe à visão de fixidez e completude do “ser”. Esta última desconsideraria a ideia de que os fatores que constroem a identidade podem ser historicizados, que são atravessados por transformações e mudanças e que todo esse processo de transformação e mudança é construído socialmente, como afirma Butler (2003).

Conceber, portanto, a identidade como algo pronto, polido e imutável, dentro de uma realidade de diversidade, tende a essencializá-la (SILVA, 2000). Esse essencialismo descartaria a noção de pertencimento e de identificação no social, dado que afirmaria uma condição invariável do sujeito, um “eu sou porque sim”, incapaz de se transformar e se reconstruir continuamente.

Silva (2000) instiga uma compreensão de identidade que é percebida a partir da diferença com o outro. Para ele, afirmamos quem somos em contraposição ao que o outro é: dizer “sou brasileiro” implica dizer que “não sou argentino”, “não sou alemão”, e assim sucessivamente. Analogamente, dizer “sou mulher” implicaria dizer “não sou homem”, assim como “sou não-binárix” implicaria dizer “não sou só homem ou só mulher”. De acordo com o autor,

As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a

identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença, são, pois, inseparáveis. (SILVA, 2000, p. 75)

À vista disso, as afirmações acerca da diferença só são possíveis quando compreendidas em sua relação com as afirmações sobre identidade. No que concerne a esse argumento, Silva (2000) manifesta a existência da pluralidade ao observar que não faria sentido as afirmações de identidade – em um imaginário de mundo completamente homogêneo – se todas as pessoas partilhassem da mesma. Ele complementa:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. (SILVA, 2000, p. 82)

Essas considerações nos levam a compreender que, assim como todo e qualquer fator envolto na sociedade, a identidade também está sujeita a juízos de valores, a questões de poder e hierarquização. Se pensarmos no movimento de inclusão e exclusão apontado pelo autor, podemos depreender que existe uma norma, e que pregar uma identidade como norma significa atribuir às demais um status de marginalidade, de inferioridade, de não reconhecimento e, indubitavelmente, de exclusão. Assim, cabe frisar que a disputa de identidade(s) reflete, também, uma disputa político-social e ideológica.

O postulado de que a identidade surge, é criada e desenvolvida num contexto de relações socioculturais, é manifestado por Moreno Fernández (1998) ao declarar que identidade, além de ser aquilo que diferencia um grupo de outro, é caracterizada por padrões culturais ou pelo sentimento de comunidade, convergindo diretamente com as considerações sobre identificação minudenciadas por Hall (2013). Do mesmo modo, as acepções de Moreno Fernández compactuam com a argumentação do jogo da diferença e reiteram aspectos fundamentais para a resistência de identidades que “bagunçam” o sistema de gênero social dicotômico: o sentimento de pertença e representatividade.

Em consonância a essas proposições, partimos da premissa de que as construções identitárias se dão na e pela língua (RAJAGOPALAN, 1998, p.41), visto que o processo de identificação é uma construção constantemente refeita e indeterminada (HALL, 2013),

(trans)forma-se socialmente, assim como a língua e seus usos – controlados por variáveis estruturais e sociais.

A aferição sobre o essencialismo na identidade reverbera também no âmbito da língua(gem), quando nos defrontamos com discursos em defesa da normatividade e do purismo linguísticos, que ignoram qualquer forma de variação e/ou de mudança – fenômenos que são próprios de quaisquer línguas vivas. Nessa perspectiva, o uso que o falante faz da língua pode ser interpretado como uma das variadas características definidoras da(s) identidade(s), estando sujeito a operações de inclusão e de exclusão pelos agentes sociais.

Retomando a investigação de Labov (2008[1972]) sobre a ilha de *Martha's Vineyard*, evidenciou-se como uma comunidade pode desencadear um processo de mudança para marcar sua diferença em relação a outro grupo de falantes. A pequena ilha, que compreendia uma população formada por agricultores e pescadores locais, teve seus padrões tradicionais de vida interferidos pela presença de veranistas do continente. Como aponta Faraco (2005, p. 29):

Os falantes (em especial aqueles que têm uma atitude positiva em relação à ilha), numa espécie de reação à presença dos veranistas de fora e como forma de marcar sua identidade como membros da comunidade da ilha, intensificaram um processo de centralização da base dos ditongos |ay| (como em *pie, pride, time*) e |aw| (como em *house, out, mouth*).

A partir das análises de Labov (2008[1972]), podemos compreender que o curso linguístico se dá, dentre outras coisas, transversalmente ao movimento de pertencimento, afinidade e identificação com determinado grupo de fala ou comunidade linguística. Isto é, as atitudes ante a língua manifestam, na verdade, atitudes sociais e, se equiparamos isso aos usos linguísticos, é factual admitir que cada escolha linguística espelha a maneira como cada indivíduo se identifica dentro da/perante a sociedade. Moreno Fernández estabelece essas apreensões ao citar que

Se puede decir que las actitudes lingüísticas tienen que ver con las lenguas mismas y con la identidad de los grupos que las manejan. Consecuentemente es lógico pensar que, puesto que existe una relación entre lengua e identidad, esta ha de manifestarse en las actitudes de los individuos hacia esas lenguas y sus usuarios.<sup>6</sup> (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 180)

---

<sup>6</sup> “Pode-se dizer que as atitudes linguísticas têm a ver com as próprias línguas e com a identidade dos grupos que as usam. Consequentemente, é lógico pensar que, dado que existe uma relação entre língua e identidade, esta há

Se afirmamos, então, que toda língua se dá e se desenvolve dentro de uma comunidade, não podemos analisá-la como uma questão secundária à vida dos falantes e aos momentos históricos, sociais e culturais em que eles estão inseridos. A língua é declaradamente um ato político e tem sido um meio pelo qual grupos específicos buscam defender e reivindicar seus direitos (BAGNO, 2011), suas identidades.

É com base neste último aspecto, o de ser a língua, também, um meio para defesa e reivindicações, que trazemos à cena o objeto desta pesquisa, a linguagem inclusiva, compreendendo-a como instrumento de inclusão social, partindo do fato de a língua(gem) ser o que as pessoas têm de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade (LEITE, 2008). Avançamos, então, na temática, ao abordamos identidade(s) de gênero e a linguagem inclusiva em si.

### **2.3 Identidade(s) de gênero e linguagem inclusiva**

As discussões que envolvem identidade de gênero, indivíduos que transitam entre os gêneros e outras similitudes não são atuais. Entretanto, com a crescente visibilidade da comunidade LGBTQIA+, maiores inserções de políticas linguísticas e sociais estão tomando espaço. Ainda que seja uma luta contínua e simbólica, algumas diretrizes já foram alcançadas, mas a resistência concernente à língua é um fato – observemos, por exemplo, casos noticiados em que se rechaça o uso da linguagem inclusiva:

---

de se manifestar nas atitudes dos indivíduos para com essas línguas e seus usuários.” (MORENO FERNÁNDEZ, 1998, p. 180, nossa tradução)

**Figura 3** - Uso da linguagem inclusiva, por professora em escola, causa escândalo



Fonte: Tribuna Online, 03/03/2021<sup>7</sup>

**Figura 4** - Possível proibição do uso da linguagem inclusiva em escolas e concursos



Fonte: Diário do Rio, 16/03/2021<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Disponível em:

<https://tribunaonline.com.br/cidades/bem-vindes-professora-de-vitoria-usa-genero-neutro-para-saudar-alunos-e-prefeitura-e-acionada-90491>. Acesso em: 10 jul. 2021.

<sup>8</sup> Disponível em:

<https://diariodorio.com/alerj-vota-projeto-que-proibe-linguagem-neutra-nas-escolas-e-concursos/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

**Figura 5 - Proposta de proibição da linguagem inclusiva tramita na Câmara de Divinópolis**



Fonte: G1, 16/09/2021<sup>9</sup>

**Figura 6 - Proibição da linguagem inclusiva, sob a falsa concepção da “ideologia de gênero”**



Fonte: Fórum, 05/03/2021<sup>10</sup>

“Um cumprimento feito por uma professora em uma plataforma de ensino virtual causou indignação em alguns pais de aluno.” (cf. figura 3), “Deputados argumentam que manutenção de gênero é direito ao ensino da língua culta” (cf. figura 4), “Autor do projeto, vereador Eduardo Azevedo (PSC), diz que objetivo é definir ‘medidas protetivas’ ao direito dos estudantes ao aprendizado.” (cf. figura 5) e “Medida foi inspirada no PL do vereador

<sup>9</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/mg/centro-oeste/noticia/2021/09/16/proposta-para-proibicao-da-linguagem-neutra-e-pauta-da-na-camara-em-divinopolis.ghtml>. Acesso em: 18 set. 2021.

<sup>10</sup> Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/brasil/baseada-na-inexistente-ideologia-de-genero-seduc-de-santo-andre-proibe-linguagem-neutra-nas-escolas/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

Marcio Colombo, que acha que palavras como “benvindx” são usadas pela esquerda para promover a ideologia de gênero” (cf. figura 6), maneiras ferozes de se referir à linguagem inclusiva, demonstram que, para além de outros aspectos, falta conhecimento dos sujeitos envolvidos nessas ações sobre o que de fato uma língua é. Nessa direção, Yaguello (2011) exprime as razões por trás da tentativa de combate ao que é visto como “diferente”:

A nostalgia alimenta atitudes passadistas facilmente encampadas pela ideologia. Por essa razão, purismo parece rimar com conservadorismo. A língua envelhece, aparentemente, com aquele que a fala e que se identifica com ela. Mas o homem não quer envelhecer; ele lê na evolução da língua sua própria decadência. Assim, ele deseja conservar a língua na pureza, na integridade de sua juventude. [...] Aceitar a mudança é se sentir, de certo modo, despossuído, é perder um poder *sobre e pela* língua, ainda que a condenação seja formulada no mais das vezes sob forma de juízos estéticos: a língua tão bela e tão pura de outrora se tornou vulgar, feia, trivial, pobre e sem matizes. E é por isso que a língua é um desafio tamanho no conflito das gerações tanto quanto no das classes sociais. Pois o juízo sobre a língua se estende aos falantes que a falam. Um homem distinto fala um francês admirável, um marginal só poderia falar um francês deplorável. (YAGUELLO, 2011, p. 272-273).

Na contramão dos exemplos citados, marcadamente, têm-se estabelecido objeções a normas regulatórias de gênero que insistem em privilegiar determinadas formas linguísticas em detrimento de outras: as contestações a essas normas são respaldadas no reconhecimento de movimentos que desestabilizam parâmetros que priorizam a pureza sistêmica e imutável da língua. Essas dinâmicas de atualização e transformação das normatividades linguísticas, apoiadas em um posicionamento político que destaca a mobilidade das identidade(s) (SILVA, 2000), buscam problematizar a relação teoricamente estável e definida entre aquilo que escrevemos (ou falamos) e aquilo que, de fato, somos.

Livia e Hall (2010, p. 126) enfatizam as percepções de gênero em contato com o uso linguístico: “enquanto o sistema de gênero gramatical em diferentes línguas pode reforçar a visão do mundo inerentemente generificado, o sistema linguístico de gênero também possibilita uma maneira de expressar a relação de alguém com o conceito de gênero”, isto é, enquanto o sistema de gênero gramatical privilegia a bipartição feminino/masculino e estanca outras expressões e identidades de gênero, o sistema linguístico de gênero possibilita que falantes refiram-se a si próprios da maneira como lhes convier, inclusive por termos considerados apropriados para o sexo oposto, na tentativa de demonstrar falta de afiliação às

normas dominantes (LIVIA; HALL, 2010). As autoras exemplificam essas interseccionalidades:

Hermafroditas, por exemplo, forçados na modernidade a declarar “seu verdadeiro sexo”, a despeito da sua anatomia ambígua, são considerados seres anômalos cuja monstruosidade é ressaltada pelo dilema gramatical em que vivem. Ao mesmo tempo, sua ambiguidade física e a impossibilidade de se definirem como pertencentes a uma categoria de gênero causam uma fissura intolerável no sistema de gênero, fissura essa que será preenchida com novos e anteriormente impensáveis termos. (LIVIA; HALL, 2010, p. 126)

Indo ao encontro dessas proposições, Kilomba (2019) reflete sobre as condições de poder e tolerância na língua implicitadas por critérios político-sociais:

Não posso deixar de escrever (...) para lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*. (KILOMBA, 2019, p. 14, grifos da autora)

Não obstante, se quem faz a língua são os falantes, estes mesmos agentes sociais são dotados de poderio e liberdade para atualizar a língua que os serve; como um construto social, ela não é invariável, pode ser pensada, adaptada, discutida e reconsiderada de acordo com as necessidades em voga na sociedade à qual ela se refere.

Com base em Cameron (1992) e Caldas-Coulthard (2007), para Borba e Lopes (2016, p. 250),

Movimentos feministas e LGBTIQIA+ têm há décadas se interessado em como a língua pode ser excludente e opressora ao apagar certas vivências pela obrigação do masculino genérico. Tais movimentos veem a língua como um instrumento importante na luta pela liberação e contra opressões e invisibilizações.

Em consequência, esses movimentos buscam reinventá-la, numa tentativa de visibilizar questões político-sociais que transpassam a vida cotidiana e pelas quais os sujeitos são interpelados, questionando as estratégias e instituições de poder – quem faz, quem usa e para quem, afinal, serve a língua. A reivindicação desses espaços, por conseguinte, tem causado imenso incômodo.



Ao longo de toda a história, a supremacia de concepções sociais machistas, religiosas, misóginas e patriarcais fez imperar uma enorme desigualdade entre os gêneros nos mais diversos campos da vida, desde as interações propriamente ditas, até a constituição do poder político na sociedade. O decurso histórico nos mostra que o masculino genérico como metonímia da humanidade reflete escancaradamente a institucionalização de gramáticas prescritivas arquitetadas por homens durante os séculos XVII e XVIII, posto que, até então, mulheres não podiam ocupar o espaço da ciência (BORBA; LOPES, 2016).

O que muito se declara quanto à utilização da linguagem inclusiva é uma hipotética desestruturação do sistema linguístico – numa perspectiva científica, todas as manifestações linguísticas são legítimas e previsíveis –, versada a partir de argumentos que velam preconceitos sociais e outros baseados em uma clara não aceitação do processo de transformação da língua.

As propostas de intervenções semióticas – como a utilização do “@” e do “x” na escrita, por exemplo –, além do corrente uso do “-e” que desprioriza escolhas lexicais reconhecidas categoricamente como “feminino” e “masculino”, são alternativas que rompem com a visão essencialista da língua, desordenando sua estabilidade e materializando preocupações e incertezas para além das convenções (bem-comportadas) da expressão linguística. Logo, é legítimo sustentar que a (não) valoração dos usuários da língua sobre tais variantes são condutas cruciais para a exclusão ou inclusão social e podem ser determinantes para o percurso histórico da variação e mudança linguísticas que se produzem na comunidade de fala.

Sobre essas questões, é interessante perceber como sua validação é acolhida e reconhecida em outras línguas e vem sendo motivo de reflexão na própria língua portuguesa. Kilomba (2019) principia suas declarações e relatos alicerçados em uma discussão que configura todo o histórico racista na conduta humana, seja sobre os gêneros, as atitudes e práticas enraizadas socialmente, as políticas sexuais e políticas de pele, como também sobre e na língua. Em relação a esta última, a autora destaca a criação de uma Introdução inexistente na versão original de seu livro, de 2009, por reconhecer terminologias inglesas que, ao serem traduzidas, revelam profunda falta de reflexão e teorização da história e herança coloniais e patriarcais, presentes, até hoje, na língua portuguesa. Ela reforça que:

Other é um termo neutro em inglês, ausente de gênero. A sua tradução em português permite variar entre dois gêneros – *a/o outra/o*. Embora seja parcialmente satisfatório, pois inclui o gênero feminino e põe-no em primeiro lugar, não deixa de o reduzir à dicotomia feminino/masculino, menina/menino, não permitindo estendê-lo a vários gêneros LGBTQIA+ – *xs Outrxs* –, expondo, mais uma vez, a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa. (KILOMBA, 2019, p. 16, grifos da autora)

É nesse contexto de desconstrução da dicotomia homem/mulher que se instaura a imprescindibilidade de buscar rever e rearticular os usos linguísticos, compreendendo por quem, por que, como e onde são realizados.

Os questionamentos sobre a efetividade das mudanças propostas pela linguagem inclusiva esbarram em discussões no espaço prolífico que é a língua, dado que está sujeita às diversas reações e processo de aceitação da sociedade. Nessa perspectiva, Bagno comenta que:

Se as soluções atualmente propostas para uma linguagem inclusiva, não-sexista, terão sucesso ou não, tudo depende das dinâmicas sociais. Mulheres, pessoas negras, LGBTQI+, indígenas etc. estivemos sempre em posição subalterna, debaixo do tacão da dominância masculina, branca e (supostamente) heterossexual. Por isso, para muita gente, as propostas de linguagem inclusiva são “aberrações”, “irracionalidades”, “inutilidades” etc. Mas quando um professor de português branco famoso na mídia diz que o certo é “alugam-se salas” e não “aluga-se salas”, todo mundo se prostra e corre para obedecer. Tudo depende, enfim, de quem diz o quê e a quem, do lugar que a pessoa que fala ocupa na ordem do discurso (um conceito que acho mais interessante do que o enxovalhado “lugar de fala”). Se essa pessoa é mulher, negra, indígena, pobre, LGBTQI+ etc., seu lugar nessa ordem não lhe permite lançar propostas que sejam de imediato aceitas por todo mundo. Afinal, não basta ter o que dizer: é preciso poder dizer. (BAGNO, 2020, s/p, online)

A argumentação de Bagno evoca, mais uma vez, a premissa de que, sendo do interesse dos falantes, é possível moldar a língua às suas necessidades. Tendo em conta esse fato, as variações podem ser oriundas de movimentos que reivindicam direitos, reconhecimento ou qualquer alteração na materialidade linguística. Essas mudanças, conforme expressado pelo linguista, têm mais adesão se originadas pelos acadêmicos, pela elite, por aqueles que detêm poder (intelectual ou econômico) na sociedade; quando condicionadas pelas classes marginalizadas, são condenadas.

A proposta de solidificação da atualização da língua que estima a representatividade de pessoas que se sentem desconfortáveis perante a expressão binária de gênero implica em

pensar em alternativas de inclusão, considerando que existe, sim, demanda por uma reflexão linguística e político-social crítica nessa direção. Sobre isso, Cameron (apud BAGNO, 2017, p. 235) destaca:

É preciso apontar que uma mudança na prática linguística não é apenas um reflexo de alguma mudança social mais fundamental: ela é, em si mesma, uma mudança social. Os antifeministas gostam de enfatizar que a eliminação dos pronomes genéricos masculinos não assegura salário igual. De fato, não assegura – mas quem disse que asseguraria? A eliminação dos pronomes genéricos masculinos elimina precisamente pronomes genéricos masculinos. E, fazendo isso, ela muda o repertório de significados e escolhas sociais à disposição dos atores sociais.

Nessa acepção, há um traço ético que vislumbra a premência de mudança de valores sociais machistas, transfóbicos e heteronormativos, constatando que o uso da linguagem inclusiva não se limita somente a uma construção estética, mas urge que se reconheçam e legitimem todas as existências dissonantes da masculinidade hegemônica. O “x” da questão, ou um deles, não é meramente linguístico; o que está em jogo é uma mudança simbólica muito maior.

#### **2.4 A relevância da divulgação científica**

Partindo do reconhecimento da grande quantidade de pesquisas que são desenvolvidas dentro da Academia e da importância de esses trabalhos serem divulgados na/para a sociedade, compreendemos também que muitas vezes esses projetos não atravessam os muros das universidades e, mais do que isso, muitas vezes não chegam à comunidade de forma descomplicada, objetiva e clara, seja em sua temática ou em seu teor técnico-linguístico. Nessa direção, os textos de divulgação científica buscam compartilhar tais produções – articuladas, a priori, com termos e conceitos científicos – de maneira mais simples, com o intuito de atingir um público maior, que desconhece ou possui pouca informação sobre o assunto.

Existem várias concepções terminológicas sobre esse tema que se estreitam, embora comportem algumas diferenças: *divulgação científica*, *popularização da ciência*, *difusão científica*, *comunicação científica*, *cultura científica*, *vulgarização científica*, entre outros (RENDEIRO; GONÇALVES, 2014).

Valerio e Pinheiro (2008, p. 161) definem a “comunicação científica” como o diálogo entre os pares da comunidade científica e a “divulgação científica” como a comunicação com o público diversificado, fora da bolha academicista, isto é, com a sociedade em geral. Em nosso trabalho, por não ser o objetivo deste, não discutiremos a fundo tais discrepâncias, atentando-nos e nos referindo somente à abordagem da **divulgação científica**.

Como apontado anteriormente, o propósito de uma divulgação é justamente permitir e motivar maior conscientização dos pesquisadores em relação aos conhecimentos adquiridos e otimizados no percurso formativo e salientar a importância da socialização desses conhecimentos com o público leigo, uma vez que o cerne de uma pesquisa é a contribuição para a sociedade. Isso posto, nosso objetivo nesta subseção é discorrer um pouco sobre essa ação, a fim de justificar a relevância da produção de nosso material de divulgação científica sobre a linguagem inclusiva.

É imprescindível sinalizar, então, que, ao falarmos sobre divulgação científica, buscamos estabelecer uma relação dialógica entre o que é produzido pela Academia e o que é transmitido para a sociedade e consumido pela sociedade. Segundo Candotti (2000, p. 6),

A popularização da Ciência, a divulgação e a educação não formal envolvem milhões de pessoas, mobilizam paixões, interesses que podem mover montanhas. Para isso precisam, apenas, de alguns recursos e muita determinação. Clareza de que, se a ciência e os conhecimentos não forem compartilhados por todos, em breve se tornarão grave obstáculo para as democracias e fator de crescente exclusão na vida dos povos.

Para Bueno (2010), a divulgação científica cumpre a função de democratizar o acesso ao conhecimento, de forma a incluir a sociedade em debates sobre temas específicos e estabelecer condições para que pessoas leigas assimilem as novas descobertas e evoluções científicas. Porto (2009) enfatiza, ainda, a importância de se conhecer o que é desenvolvido sobre ciência e tecnologia, já que são ferramentas fundamentais para a construção de uma cultura científica que se propõe democrática.

A divulgação científica é, sobretudo, a circulação de ideias, análises e resultados – dados fundamentais para que sejam avaliados os impactos sociais e culturais das novas descobertas – e não somente uma página de literatura, na qual as imagens encontram as palavras; trata-se de um exercício reflexivo (CANDOTTI, 2002). Nessa direção, “poucos divulgadores de ciências conhecem ciências e educação, poucos cientistas sabem educar e

divulgar e muitíssimo poucos professores de ciências sabem educar, divulgar e conhecem ciências” (ARGÜELLO, 2002, p. 205).

Atualmente, o panorama de divulgação científica no Brasil tem se alterado bastante e vem estabelecendo parcerias entre jornalistas/divulgadores e pesquisadores/cientistas na produção de textos ou reportagens para determinadas publicações, particularmente, sob a responsabilidade de entidades científicas, universidades e institutos de pesquisa, conforme cita Bueno (2010) a exemplo das revistas *Pesquisa FAPESP*, *Ciência Hoje* e *UNESP Ciência*, cujo propósito central é divulgar a ciência realizada internamente no Brasil. Entretanto, o campo científico no Brasil vem sofrendo fortes ataques governamentais e cortes de verbas que inviabilizam o desenvolvimento e a produção de milhares de investigações, conforme ilustrado na matéria abaixo:

**Figura 7 – Desvalorização da ciência no Brasil**



Fonte: G1, 26/04/2021<sup>11</sup>

A notícia em questão aborda a desvalorização da ciência no país, os impactos e reações causados pelos cortes cada vez maiores e o posicionamento do governo frente a esse dismantelamento, apontando que

A área de humanas é a que sofre o maior impacto, o que não é uma novidade para os pesquisadores, dado o desprezo do governo atual pelo setor. Além de pesquisas relacionadas à Covid-19, os projetos abordavam também tratamento de câncer, energias renováveis, contenção da malária, tecnologias de mobilidade elétrica, agroecologia, astronomia, física, astrofísica estelar,

<sup>11</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/26/brasil-deixa-milhares-de-cientistas-no-limbo.ghtml>. Acesso em 24 de nov. 2021.

geociências, psicanálise, teoria literária, políticas internacionais, cinema, comunicação, entre outras áreas. (DELGADO, 2021, s/p, online<sup>12</sup>)

O desmonte e o negacionismo da ciência revelam uma profunda falta de interesse político em investir recursos públicos para a pesquisa e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, estando intimamente relacionados à política neoliberal, que visa reforçar o setor privado da economia, através de ações como austeridade fiscal, isto é, ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos (ROSSI *et al.*, 2019) e privatização.

Questões como essa exibem a omissão de postura governamental quanto aos pilares básicos (e críticos) das políticas públicas, que são: educação, saúde, segurança, habitação, gênero e raça, entre diversos outros. Um Poder Executivo que prevê legitimar o uso da violência, seja esta psicológica, verbal, física ou simbólica – o que inclui utilizar da própria língua para propagar discursos de ódio e preconceitos –, como forma de gestão jamais se atentará (propositalmente) à importância de promover investimentos em pesquisas e à contribuição essencial destas para o crescimento sustentável e equitativo da sociedade.

Desse modo, assim como manifesta Argüello (2002), apreendemos que a divulgação científica é um tema de política pública e, também, obrigação das universidades (e de seus pesquisadores) responsáveis pela produção de conhecimento novo.

#### **2.4.1 De conceitos introdutórios da Sociolinguística à linguagem inclusiva: por que investir na divulgação científica?**

Para Bagno (2003), a língua é compreendida como uma atividade social em constante transformação, como um trabalho desenvolvido entre os falantes toda vez que se põem a interagir, seja por meio da fala ou por meio da escrita, uma vez considerados os usuários da língua responsáveis por a (re)inventarem através de manifestações e necessidades intrínsecas a eles. Nesse sentido, retomamos o que já fora apresentado nesta seção, quando falamos de perspectivas, dentre elas a Sociolinguística, que reconhecem a língua como um instrumento social, analisando os fenômenos linguísticos através das escolhas dos falantes em contextos reais de uso. Ao tratar de língua, portanto, é necessário que compreendamos o que está em jogo: os falantes.

---

<sup>12</sup> Cf. nota de rodapé anterior.

Frequentemente nos deparamos com discursos que visam “defender” a estrutura linguística, apregoando o “bom uso” e o “bem falar” da gramática normativa como justificativas simplórias. Bagno (2007) explica a confusão histórica estabelecida entre *língua* e *gramática normativa*, sendo esta última apenas uma tentativa de descrever uma parcela mais visível daquela (a chamada *norma culta*). Assim como afirma o linguista, a gramática tem seu valor e méritos, entretanto, o emprego autoritário desta sobre todo o resto da língua é o que melhor descreve o que conhecemos como *preconceito linguístico*. Para ele,

As gramáticas foram escritas precisamente para descrever e fixar como “regras” e “padrões” as manifestações lingüísticas usadas espontaneamente pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a ser imitados. Ou seja, a gramática normativa é decorrência da língua, é subordinada a ela, dependente dela. Como a gramática, porém, passou a ser um instrumento de poder e de controle, surgiu essa concepção de que os falantes e escritores da língua é que precisam da gramática, como se ela fosse uma espécie de fonte mística invisível da qual emana a língua “bonita”, “correta” e “pura”. A língua passou a ser subordinada e dependente da gramática. O que não está na gramática normativa “não é português”. E os compêndios gramaticais se transformaram em livros sagrados, cujos dogmas e cânones têm de ser obedecidos à risca para não se cometer nenhuma “heresia”. (BAGNO, 2007, p. 55)

Ou seja, criou-se um imaginário distorcido de que são os falantes quem devem obedecer à língua e não o contrário e, assim sendo, a língua também passou a ser utilizada como um instrumento de opressão, expressando, mais uma vez, que o preconceito linguístico é, antes de mais nada, um preconceito social. Repugnar uma língua é repugnar o próprio falante e, por consequência, sua identidade, sua comunidade e sua natureza.

Com isso, podemos perceber que língua e sociedade estão intimamente relacionadas à(s) identidade(s) dos falantes – que se constituem e se desenvolvem a partir do pertencimento ou não aos arquétipos sociais – isto é, às suas vivências e a tudo que os compõem enquanto sujeitos, e que tal formação reflete (in)diretamente nos usos linguísticos.

Admissível atestar, portanto, que o uso recorrente da linguagem inclusiva não indica uma possível destruição da língua portuguesa brasileira ou do sistema linguístico em si, assim como também não assegura uma mudança linguística. Sabemos que, para que uma mudança ocorra, leva-se em conta sua trajetória, cujas etapas envolvem variantes linguísticas em coexistência e competição dentro de uma determinada comunidade e a sobrepujança de uma sobre a outra ao longo do tempo (LABOV, 2008[1972]). Essa sobrepujança é determinada

pela aceitabilidade e pelo uso dos falantes, todavia, conforme explicam Ribeiro e Lacerda (2013) com base em Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) e Labov (2008[1972]), quando não há a sobrepujança de uma das variantes, não ocorre uma mudança linguística; as formas variantes convivem, cada uma em seu campo de atuação, configurando-se como variação estável ou, ainda, a variante inovadora não suplantando a variante conservadora, desencadeia-se um processo de manutenção linguística.

Dessa forma, tomamos como fato que: se, por um lado, temos a manutenção linguística ou mesmo a mudança linguística, em seu fluxo oposto nos deparamos com o conservadorismo linguístico. É fundamental, para tanto, reconhecer que todo o processo de caracterização linguística está relacionado à constituição histórica, social e demográfica da história brasileira. Ao falar sobre preconceito linguístico e sobre a demanda social da língua, Bagno exprime que

(...) [o] preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe, uma única língua portuguesa digna de ser aceita, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas normativas e catalogadas nos dicionários e qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente. (BAGNO, 2007, p. 38)

E complementa:

(...) falar da língua é falar de política, e em nenhum momento esta reflexão política pode estar ausente de nossas posturas teóricas e de nossas atitudes práticas de cidadão, de professor e de cientista. Do contrário, estaremos apenas contribuindo para a manutenção do círculo vicioso do preconceito linguístico e do irmão gêmeo dele, o círculo vicioso da injustiça social. (BAGNO, 2007, p. 61)

Se compartilhamos das discussões linguísticas trazidas até aqui, é, no mínimo, irrisório acompanhar discursos que afirmam que o uso da linguagem inclusiva e sua (possível) inserção no uso cotidiano – posto que talvez não encontre legitimidade de uso tão cedo, mas em algum momento poderá acontecer – destruirão a língua portuguesa brasileira.

Nesse contexto, a divulgação científica entra como um carro-chefe na propagação de pesquisas relacionadas à linguagem inclusiva, ao desmistificar o que é língua, a plausibilidade de seu uso, as formas de se assegurar empregos linguísticos coerentes e, em suma, ao oferecer de forma simples, mas nem por isso desabastada de conteúdo, o que é a



linguagem inclusiva e as razões por trás de sua utilização.

Na próxima seção, trazemos os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e análise crítica de materiais (produzidos em diferentes instâncias discursivas) que versam sobre a linguagem inclusiva, além de discorrer sobre o processo de criação do material de divulgação científica.

### 3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa, examinamos materiais que, de algum modo, contemplem nosso objeto de estudo. Buscamos, então, materiais que, por um lado, demonstrassem debates sobre a linguagem inclusiva e, por outro, a aplicabilidade (ou não) de seu uso – para, na sequência, focarmos na elaboração de um material de divulgação científica.

Em função da orientação teórico-metodológica e dos objetivos já citados desta pesquisa, exploramos o conteúdo de materiais oriundos de três instâncias discursivas, produzidos no período de 2011 a 2020, em virtude da eclosão de movimentações político-sociais LGBTQIA+ nesses anos.

Na sequência, trazemos mais detalhes quanto à natureza e ao recorte temporal da pesquisa, aos instrumentos de coleta de dados e aos procedimentos de análise e às decisões tomadas para a confecção do material de divulgação.

#### 3.1 Natureza da pesquisa

Stake (2011) exprime que a ciência é o que nos demonstra como tudo funciona, seja ela realizada de forma qualitativa ou quantitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Gonsalves (2001), preocupa-se com a compreensão e interpretação de dado fenômeno, considerando os significados que os outros dão às suas práticas. Nessa direção, trata-se aqui de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, que almeja, por intermédio de pesquisas bibliográfica e documental, uma maior proximidade (e entendimento) com o tema da linguagem inclusiva, para, em seguida, propor um material de divulgação científica sobre os conteúdos investigados.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de uma gama de material já existente, constituído principalmente por dissertações, teses, artigos científicos e livros. Embora, por vezes, não seja fácil fazer a distinção entre pesquisa bibliográfica e documental (FONSECA, 2002), podemos sinalizar que o elemento diferenciador está na natureza das fontes. Gonsalves (2001) esclarece:

A pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre um assunto, atentando para *fontes secundárias*, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento

analítico, ou seja, *as fontes primárias*. (GONSALVES, 2001, p. 32, grifos da autora)

Nesse caso, a autora explica que fontes primárias são os dados originais produzidos por aqueles que os coletaram, caracterizando uma relação direta com o documento. Por outro lado, nas fontes secundárias, não há relação direta com o documento analisado, mas sim um conhecimento produzido através de sujeitos mediadores.

Como já destacado, nosso estudo adota ambos os procedimentos de pesquisa, uma vez que identifica, coleta e analisa estudos científicos que têm como foco a linguagem inclusiva, em especial no que se refere à marcação de “@”, “x” e “-e”, bem como textos jornalísticos e postagens pessoais provenientes da rede social *Facebook* que também abordam essa temática.

### **3.2 Recorte temporal das pesquisas bibliográfica e documental sobre linguagem inclusiva**

O recorte temporal utilizado para as pesquisas bibliográfica e documental sobre linguagem inclusiva refere-se à última década (2011-2020), considerando a relevante efervescência de movimentos políticos e sociais LGBTQIA+ nesse período, na sociedade brasileira. Esses movimentos são atribuídos à terceira onda do movimento homossexual, conforme a periodização de Facchini (2003) e a eclosão dos direitos legais para com a comunidade em questão (TODXS Consultoria, 2020), os quais dão margem à luta e defesa de outras questões, em outros âmbitos, como o linguístico, por exemplo.

O quadro abaixo apresenta alguns dos direitos obtidos pela comunidade LGBTQIA+ brasileira, com destaque aos anos em que ocorreram, correspondentes ao intervalo deste estudo:

**Quadro 1 – Linha do tempo das conquistas LGBTQIA+**

| <b>ANO</b> | <b>DIREITO CONQUISTADO</b>   |
|------------|--|
| 2011       | Reconhecimento da união homoafetiva.   |
| 2013       | Permissão aos cartórios para realizarem, diretamente, o casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre relacionamentos homoafetivos. |
| 2015       | Permissão para utilização das técnicas de reprodução humana assistida para casais homoafetivos.  |

|      |   |
|------|---|
| 2016 | Uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autarquia e fundacional.  |
| 2018 | Direito adquirido a toda pessoa trans ou travesti de alterar nome e sexo no registro civil diretamente no cartório, sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou decisão judicial.                       |
| 2019 | Criminalização da LGBTIfobia, enquadrada nos crimes previstos na Lei N° 7716/1989 (Lei do Racismo).   |
| 2020 | Por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), declaração da inconstitucionalidade e suspensão das normas do Ministério da Saúde e Anvisa que exigiam aos gays um ano sem transar com outro homem para doarem sangue. |

Fonte: Quadro adaptado do Projeto Reexistir (UNIFESP, 2020, s/p, online)

Consonante a essas questões, Espindola (2017, p. 3, grifos nossos) comenta:

A luta das minorias sexuais converge elementos políticos, como a eliminação de desigualdades, e elementos socioculturais, como a liberdade de vivências identitárias múltiplas. Neste contexto, **os usos e apropriações das tecnologias de informação e comunicação (TICs), principalmente da internet, assumem papel fundamental na multiplicação de discursos e significação de novos saberes.** A emergência de um ambiente alternativo para difusão de informações favorece o rompimento com a homogeneização dos modelos de pensamentos possibilitando que os indivíduos encontrem múltiplos sentidos para suas experiências identitárias. **Os novos dispositivos ainda reconfiguram cenários de interação e organização dos grupos minoritários em torno de causas comuns.**

Ou seja, as repercussões linguísticas – sejam elas faladas ou escritas – consequentes de movimentos societais específicos revelam a dinamicidade e fertilidade do terreno linguístico quanto às modificações sugeridas e seu enorme potencial de propagação, especialmente se pensadas no domínio tecnológico.

### **3.3. Instrumentos de coleta de dados das pesquisas bibliográfica e documental sobre linguagem inclusiva e procedimentos de análise**

A coleta dos materiais foi realizada em repositórios nacionais de publicações científicas (como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, o Catálogo de Teses e Dissertações/CAPES, o SciELO Brasil e o Portal de Periódicos/CAPES) e, paralelamente a isso, foram feitas buscas em textos jornalísticos, por intermédio da ferramenta de pesquisa

Google, e em comentários presentes no *Facebook*, referentes a uma publicação do Grupo LDRV, com a data de 6 de agosto de 2019. Separamos, então, nosso corpus em três instâncias: i) Instância I: acadêmico-científica; ii) Instância II: jornalística; e iii) Instância III: virtual/digital.

No que concerne à Instância I, nas quatro plataformas acadêmico-científicas pesquisadas, conduzimos nossas buscas pelas seguintes palavras-chave: “*linguagem inclusiva*”, “*linguagem não(-)sexista*”, “*linguagem neutra*”, “*gênero neutro*” e “*linguagem não(-)binária*”. A seguir, para cada repositório investigado, apresentamos a quantidade total de estudos encontrados, os filtros que foram aplicados a esse resultado bruto e, por fim, os trabalhos que, de fato, foram selecionados para nossas análises.

**Quadro 2** – Coleta de dados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 7                   | 2                       | 3                | 5             | Nenhum registro         |
| <b>Total</b>           | 17                  |                         |                  |               |                         |

Fonte: Elaboração própria

Logo após, filtramos por: 1) Temporalidade [2011-2020]; 2) Idioma português brasileiro [Por]; e 3) Estudos das áreas de interesse [Assunto] (como, por exemplo, Linguística, Linguística Aplicada, Sociologia, Discurso).

Entretanto, mesmo com a aplicação desses filtros, notamos a permanência/o cômputo de trabalhos de outras áreas ou, até mesmo, de trabalhos das áreas de nosso interesse, mas que não abordavam a questão da linguagem inclusiva. Tivemos, diante disso, que selecionar manualmente os estudos que, com efeito, faziam menção ao termo buscado ou à temática (por meio da aba “Detalhes” das dissertações/teses, em que há o resumo do projeto). Nos demais repositórios, apresentados em seguida, seguimos lógica idêntica: produções que, mesmo após a aplicação dos filtros, não contemplassem nossos critérios foram descartadas.

O quadro abaixo demonstra os resultados obtidos após os filtros, no que diz respeito à pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações:

**Quadro 3** – Coleta de dados, com filtros, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 1                   | 1                       | 0                | 0             | Nenhum registro         |
| <b>Total</b>           | 2                   |                         |                  |               |                         |

Fonte: Elaboração própria

Chegamos, então, ao total de 2 (dois) estudos sobre linguagem inclusiva – cf. quadro a seguir.

**Quadro 4** – Coleta final de dados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

| <b>Autorx/Ano</b>                    | <b>Título do trabalho</b>  | <b>Natureza do estudo</b> |
|--------------------------------------|--|---------------------------|
| Medeiros, Lais Virginia Alves (2016) | Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero           | Dissertação               |
| Santos, Marcos Paulo (2019)          | Sexismo linguístico e nomes gerais: a construção de uma língua inclusiva | Dissertação               |

Fonte: Elaboração própria

No Catálogo de Teses e Dissertações/CAPES, inicialmente, encontramos o seguinte:

**Quadro 5** – Coleta de dados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 7                   | 3                       | 5                | 5             | Nenhum registro         |
| <b>Total</b>           | 20                  |                         |                  |               |                         |

Fonte: Elaboração própria

A seguir, filtramos por: 1) Temporalidade [2011-2020]; 2) Idioma português brasileiro (conferido manualmente); e 3) Estudos das áreas de interesse/áreas afins [Grande Área de Conhecimento, Área de Conhecimento], como Linguística, Letras e Artes. O quadro abaixo demonstra os resultados obtidos após os filtros:

**Quadro 6** – Coleta de dados, com filtros, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 4                   | 3                       | 3                | 4             | Nenhum registro         |
| <b>Total</b>           | 14                  |                         |                  |               |                         |

Fonte: Elaboração própria

Após as devidas checagens realizadas, conforme apontado anteriormente, os trabalhos considerados aptos à seleção se restringiram àqueles já elencados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – isto é, chegamos aos estudos de Medeiros (2016) e Santos (2019) – cf. quadro 4.

Na plataforma SciELO, a busca inicial pelos termos gerou os resultados apresentados no quadro abaixo. Diferentemente dos demais repositórios, aqui, os termos foram pesquisados sem aspas, uma vez que o sistema não reconhecia seu uso.

**Quadro 7** – Coleta de dados no SciELO Brasil

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 15                  | 0                       | 1                | 14            | Nenhum registro         |
| <b>Total</b>           | 30                  |                         |                  |               |                         |

Fonte: Elaboração própria

Filtramos por: 1) Brasil [Coleções]; 2) Idioma português brasileiro [Português]; 3) Temporalidade [Ano de publicação], selecionando manualmente os anos entre 2011-2020; e 4) Estudos das áreas de interesse [SciELO Áreas Temáticas] (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes; etc.). Ao final, contabilizamos:

**Quadro 8** – Coleta de dados, com filtros, no SciELO Brasil

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 6                   | 0                       | 1                | 1             | Nenhum registro         |

|              |   |
|--------------|---|
| <b>Total</b> | 8 |
|--------------|---|

Fonte: Elaboração própria

Dessa totalidade – novamente após um olhar qualitativo aos materiais elencados, uma vez que, embora selecionados, nem todos discutiam a linguagem inclusiva ou algo relacionado a ela –, separamos um único estudo (cf. quadro a seguir).

**Quadro 9** – Coleta final de dados no SciELO Brasil

| <b>Autorx/Ano</b>    | <b>Título do trabalho</b>   | <b>Natureza do estudo</b> |
|----------------------|---|---------------------------|
| Cyfer, Ingrid (2015) | Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista | Artigo                    |

Fonte: Elaboração própria

Logo depois, avançamos nossas pesquisas no Portal de Periódicos/CAPES, onde os termos buscados se resumiram ao que se apresenta no quadro:

**Quadro 10** – Coleta de dados no Portal de Periódicos/CAPES

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 59                  | 9                       | 28               | 120           | 1                       |
| <b>Total</b>           | 217                 |                         |                  |               |                         |

Fonte: Elaboração própria

Seguimos os procedimentos antes adotados, filtrando os dados por: 1) Temporalidade [Data de Publicação, “From - To”], demarcando o período 2011-2020; e 2) Idioma português brasileiro [Português]. Como os filtros da plataforma para áreas de interesse são extremamente limitados, decidimos não os selecionar e considerar, como resultado bruto desta etapa, o número total apresentado a partir dos filtros anteriores. Dessa forma, chegamos aos seguintes dados:

**Quadro 11** – Coleta de dados, com filtros, no Portal de Periódicos/CAPES

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 30                  | 5                       | 10               | 22            | 1                       |



|              |    |
|--------------|----|
| <b>Total</b> | 68 |
|--------------|----|

Fonte: Elaboração própria

Para selecionar as produções finais, decidimos olhar todas as páginas de resultados, texto a texto, separando aqueles que tinham o termo buscado destacado em seu título ou resumo e fossem, efetivamente, de nossa área de interesse ou de área afim. Finalizamos essa etapa com os dados representados no quadro abaixo:

**Quadro 12** – Coleta final de dados no Portal de Periódicos/CAPES

| <b>Autorx/Ano</b>   | <b>Título do trabalho</b>   | <b>Natureza do estudo</b> |
|---|---|---------------------------|
| Castro, Amanda;<br>De La Paz, Nívia<br>Ivette Nuñez<br>(2018) | Educação popular e estudos feministas:<br>contribuições para a linguagem inclusiva  | Artigo                    |
| Alves, Ana Paula<br>(2018)                                    | Do masculino tecnicista ao feminino social: uma<br>reflexão teórica acerca da prática profissional e<br>linguagem anti-sexista      | Artigo                    |
| Pessotto dos Santos,<br>Ana Lucia<br>(2019)                   | Língua para todes: um olhar formal sobre a<br>expressão do gênero gramatical no Português e a<br>demanda pela língua(gem) inclusiva | Artigo                    |
| Boenavides,<br>Débora Luciene<br>Porto<br>(2019)              | Ressignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a<br>apropriação da denominação opressora   | Artigo                    |

Fonte: Elaboração própria

Ao final das averiguações da Instância I: acadêmico-científica, refinamos uma última vez a coleta dos trabalhos, considerando aptos para nossas análises somente aqueles que, ao tratarem de linguagem inclusiva, abordassem a utilização de “@”, “x” e “-e” – escopo desta pesquisa. No quadro 13, constam os estudos a serem analisados na próxima seção.

**Quadro 13** – Seleção final de materiais da Instância I: acadêmico-científica

| <b>Estudo</b> | <b>Autorx/Ano</b>                          | <b>Título do trabalho</b>   | <b>Natureza do estudo</b> |
|---------------|--|---|---------------------------|
| 1             | Medeiros,<br>Lais Virginia Alves<br>(2016) | Essa língua não me representa:<br>discursos sobre língua e gênero | Dissertação               |
| 2             | Santos, Marcos Paulo                       | Sexismo linguístico e nomes gerais:                               | Dissertação               |

|   |  |   |        |
|---|--|---|--------|
|   | (2019)   | a construção de uma língua inclusiva  |        |
| 3 | Castro, Amanda; De La Paz, Nívia Ivette Nuñez (2018) | Educação popular e estudos feministas: contribuições para a linguagem inclusiva   | Artigo |
| 4 | Pessotto dos Santos, Ana Lucia (2019)                | Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua(gem) inclusiva | Artigo |
| 5 | Boenavides, Débora Luciene Porto (2019)              | Ressignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a apropriação da denominação opressora  | Artigo |

Fonte: Elaboração própria

Quanto à Instância II: jornalística, partimos da totalização das notícias publicadas no Brasil, com base no sistema de busca do *Google*. Utilizamos, também, filtros – até chegarmos a três outras decisões metodológicas: um subrecorte temporal para a coleta das notícias, a escolha de notícias publicadas em canais de veiculação de grande circulação e o acréscimo a essas notícias de outras presentes em um jornal com notável quantidade de publicações sobre linguagem inclusiva. Os quadros abaixo apresentam os dados obtidos.

**Quadro 14** – Coleta de dados no *Google*

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 32.100              | 7.140                   | 131.000          | 119.000       | 5.510                   |
| <b>Total</b>           | 294.750             |                         |                  |               |                         |

Fonte: Elaboração própria

Posteriormente, filtramos por: 1) Idioma português brasileiro [Pesquisar páginas em Português]; 2) Período de 2011-2020 [Período personalizado]; 3) Idioma português brasileiro [Português]; e, finalmente, 4) Aba de notícias [Notícias]. Os resultados foram:

**Quadro 15** – Coleta de dados, com filtros, no *Google*

| <b>Palavra-chave</b> | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|----------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado</b>     | 274                 | 13                      | 2.160            | 1.180         | 89                      |

|              |       |  |  |  |  |
|--------------|-------|--|--|--|--|
| <b>bruto</b> |       |  |  |  |  |
| <b>Total</b> | 3.716 |  |  |  |  |

Fonte: Elaboração própria

Dado o expressivo número de notícias encontradas, mesmo após a aplicação de certos filtros, optamos por coletar as notícias de agosto de 2020 a dezembro de 2020, explorando a recência dos fatos relacionados ao nosso objeto de investigação e, também, pautando-nos no período de coleta de dados previsto neste estudo. Dessa forma, concluímos até aqui com as seguintes informações:

**Quadro 16** – Coleta de dados, com subrecorte ago./2020 a dez./2020, no *Google*

| <b>Palavra-chave</b>   | Linguagem inclusiva | Linguagem não(-)sexista | Linguagem neutra | Gênero neutro | Linguagem não(-)binária |
|------------------------|---------------------|-------------------------|------------------|---------------|-------------------------|
| <b>Resultado bruto</b> | 107                 | 0                       | 469              | 343           | 36                      |
| <b>Total</b>           | 955                 |                         |                  |               |                         |

Fonte: Elaboração própria

A última etapa da coleta da Instância II foi o estabelecimento de quais veículos jornalísticos seriam mantidos como fonte da extração de nossos dados. Para isso, filtramos as notícias de jornais renomados, de grande circulação no país, conforme determinado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no estado de Minas Gerais<sup>13</sup>.

Um outro dado, ainda, chamou a nossa atenção: a quantidade de notícias sobre o assunto em questão publicadas no jornal *Metrópoles*. Sendo assim, ainda que este veículo não figure na lista dos jornais de grande circulação, decidimos analisar suas notícias.

**Quadro 17** – Seleção final de materiais da Instância II: jornalística

| <b>Notícia</b> | <b>Jornal</b> | <b>Título da notícia</b>                                  | <b>Data de publicação</b> | <b>Disponível em</b>  |
|----------------|---------------|---|---------------------------|---|
| 1              | GZH           | Nossa língua não é machista; machista é a nossa sociedade | 27/11/2020 - 15:00        | <a href="https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/claudio-moreno/noticia/2020/11/nossa-lingua-nao-e-machista-machista-e-a-nossa-sociedade-cki0kcpfc000x014lugs3tkna.html">https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/claudio-moreno/noticia/2020/11/nossa-lingua-nao-e-machista-machista-e-a-nossa-sociedade-cki0kcpfc000x014lugs3tkna.html</a> |

<sup>13</sup> Jornais brasileiros de maior circulação no país, conforme apontado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.sitraemg.org.br/jornais-brasileiros/>. Último acesso em: 25 de agosto de 2021.

|    |            |   |   |   |
|----|------------|---|---|---|
| 2  | O Globo    | Linguistas discutem neutralização do gênero gramatical  | 20/11/2020 - 03:30 /<br>Atualizado em<br>20/11/2020 - 04:04 | <a href="https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/linguistas-discutem-neutralizacao-do-genero-gramatical-1-24757293">https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/linguistas-discutem-neutralizacao-do-genero-gramatical-1-24757293</a>   |
| 3  | O Globo    | Debate sobre linguagem de gênero neutro chega à Alerj e deputados do PSL querem projeto que impeça mudança em escolas | 12/11/2020 - 03:30 /<br>Atualizado em<br>12/11/2020 - 07:51 | <a href="https://oglobo.globo.com/rio/debate-sobre-linguagem-de-genero-neutro-chega-alerj-deputados-do-psl-querem-projeto-que-impeca-mudanca-em-escolas-24741401">https://oglobo.globo.com/rio/debate-sobre-linguagem-de-genero-neutro-chega-alerj-deputados-do-psl-querem-projeto-que-impeca-mudanca-em-escolas-24741401</a> |
| 4  | O Globo    | Grupo de pais e responsáveis divulga carta de apoio à decisão do Colégio Franco-Brasileiro                            | 13/11/2020 - 21:32 /<br>Atualizado em<br>13/11/2020 - 21:45 | <a href="https://oglobo.globo.com/rio/grupo-de-pais-responsaveis-divulga-carta-de-apoio-decisao-do-colegio-franco-brasileiro-24745519">https://oglobo.globo.com/rio/grupo-de-pais-responsaveis-divulga-carta-de-apoio-decisao-do-colegio-franco-brasileiro-24745519</a>   |
| 5  | O Globo    | A neutralidade já não é mais a mesma  | 30/11/2020 - 15:00 /<br>Atualizado em<br>01/12/2020 - 11:51 | <a href="https://oglobo.globo.com/celina/a-neutralidade-ja-nao-mais-mesma-24773310">https://oglobo.globo.com/celina/a-neutralidade-ja-nao-mais-mesma-24773310</a>   |
| 6  | O Globo    | 'Garota, mulher, outras' é coro de vozes que impressiona pela originalidade   | 30/11/2020 - 04:23 /<br>Atualizado em<br>03/12/2020 - 07:33 | <a href="https://oglobo.globo.com/cultura/garota-mulher-outras-coro-de-vozes-que-impressiona-pela-originalidade-1-24771969">https://oglobo.globo.com/cultura/garota-mulher-outras-coro-de-vozes-que-impressiona-pela-originalidade-1-24771969</a>   |
| 7  | Metrópoles | Escola do Rio adota “linguagem neutra” em vocabulário: “Querides alunos”  | 11/11/2020 - 16:32 /<br>Atualizado em<br>11/11/2020 - 16:37 | <a href="https://www.metropoles.com/brasil/escola-do-rio-adota-linguagem-neutra-em-vocabulario-querides-alunos">https://www.metropoles.com/brasil/escola-do-rio-adota-linguagem-neutra-em-vocabulario-querides-alunos</a>   |
| 8  | Metrópoles | Linguagem neutra vai ganhar visibilidade no Congresso Nacional em 2021  | 13/12/2020 - 4:43 /<br>Atualizado em<br>13/12/2020 - 11:44  | <a href="https://www.metropoles.com/brasil/lingua-gem-neutra-vai-ganhar-visibilidade-no-congresso-nacional-em-2021">https://www.metropoles.com/brasil/lingua-gem-neutra-vai-ganhar-visibilidade-no-congresso-nacional-em-2021</a>   |
| 9  | Metrópoles | Conheça candidatos LGBTI+ ligados a partidos ou movimentos de direita   | 28/11/2020 - 4:46 /<br>Atualizado em<br>29/11/2020 - 0:05   | <a href="https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2020/conheca-candidatos-lgbti-ligados-a-partidos-ou-movimentos-de-direita">https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2020/conheca-candidatos-lgbti-ligados-a-partidos-ou-movimentos-de-direita</a>   |
| 10 | Metrópoles | A igreja é fundamental nas eleições, mas a esquerda ainda não entendeu  | 21/08/2020 - 4:50 /<br>Atualizado em<br>21/08/2020 - 9:17   | <a href="https://www.metropoles.com/colunas/anderson-franca/a-igreja-e-fundamental-nas-eleicoes-mas-a-esquerda-ainda-nao-entendeu">https://www.metropoles.com/colunas/anderson-franca/a-igreja-e-fundamental-nas-eleicoes-mas-a-esquerda-ainda-nao-entendeu</a>   |

|    |            |   |  |   |
|----|------------|---|--|---|
| 11 | Metrópoles | Aliados do governo querem avanço da pauta de costumes trancada no Congresso | 31/12/2020 - 4:09 /<br>Atualizado em<br>30/12/2020 - 21:10 | <a href="https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/aliados-do-governo-querem-avanco-da-pauta-de-costumes-trancada-no-congresso">https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/aliados-do-governo-querem-avanco-da-pauta-de-costumes-trancada-no-congresso</a> |
| 12 | Metrópoles | Nosso racismo é analfabeto – e de direita, esquerda, cristão, feminista...  | 24/10/2020 - 4:45 /<br>Atualizado em<br>24/10/2020 - 12:12 | <a href="https://www.metropoles.com/columnas/anderson-franca/nosso-racismo-e-analfabeto-e-de-direita-esquerda-cristao-feminista">https://www.metropoles.com/columnas/anderson-franca/nosso-racismo-e-analfabeto-e-de-direita-esquerda-cristao-feminista</a>               |

Fonte: Elaboração própria

Por último, sobre a Instância III: virtual/digital, baseamo-nos em um *post* compartilhado em um grupo vinculado à rede social *Facebook* intitulado LDRV (LANADELRAYVEVO). Nesse *post*, o usuário compartilha, ironicamente, sua posição quanto ao uso de linguagem inclusiva, a partir de opiniões sobre a temática que já circulavam nas redes sociais.

A decisão da escolha desse *post* em específico se deu devido ao que ele gerou: uma significativa discussão sobre a linguagem inclusiva, somando cerca de 6 mil reações e 2,7 mil comentários<sup>14</sup>.

Para fins de investigação, observamos as avaliações fornecidas pelos próprios usuários em seus comentários. Analisamos um total de 17 “respostas” ao *post* e os resultados apurados de ferramentas dessa rede (como os “*Reaction Buttons*”, por exemplo)<sup>15</sup>. Abaixo, a publicação extraída do *Facebook*:

<sup>14</sup> Último acesso em 25 de agosto de 2021.

<sup>15</sup> Os comentários extraídos para análise foram selecionados aleatoriamente no intuito de demonstrar posicionamentos favoráveis e contrários ao uso da linguagem inclusiva. Essa coleta ocorreu no segundo semestre de 2019 para constituir a amostra de um artigo redigido para uma disciplina optativa cursada pela pesquisadora – “Contribuições da Sociolinguística para a formação inicial de professores de línguas” –, na UFSCar. As reações, no entanto, foram analisadas com base em atualizações – cf. nota de rodapé anterior

**Figura 8** – Publicação do grupo privado LDRV



Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

Finalmente, após o levantamento dos dados obtidos nas três instâncias, direcionamo-nos às análises (cf. seção 4), buscando promover considerações plausíveis sobre a linguagem inclusiva, dado que existem poucas descrições de mesmo teor, por ser um tema relativamente recente e irrestrito.

As análises foram submetidas a quatro critérios: (i) à terminologia adotada; (ii) ao conceito atribuído a essa terminologia; (iii) à defesa ou ao ataque de seu uso; e, por último, (iv) se, no material consultado, haveria alguma discussão que versasse sobre o grau de produtividade de uma ou outra marcação (“@”, “x” ou “-e”). Esses critérios foram elencados a fim de que, ao término dessas análises, pudéssemos compreender quais são os “xis” da questão referente à linguagem inclusiva.

### 3.4 A construção do material de divulgação científica

Para a construção do material de divulgação científica proposto nesta pesquisa, consultamos algumas cartilhas e manuais já existentes sobre o assunto e nos apoiamos, sobretudo, nas discussões desenvolvidas aqui e em estudo anterior (ZAMBRANO, 2021)<sup>16</sup>. Nosso material se diferencia das cartilhas e manuais consultados porque, em resumo, para legitimar o uso da linguagem inclusiva, pauta-se em discussões introdutórias da Sociolinguística.

Consultamos os seguintes materiais: “Guia de Linguagem Inclusiva”<sup>17</sup>, cartilha “Linguagem Neutra”<sup>18</sup> e “Manual para o uso não-sexista da linguagem”<sup>19</sup>; e, para a criação de nosso projeto, buscamos mobilizar elementos que recuperassem e dessem destaque à comunidade que, de fato, sente-se representada pelo uso da linguagem inclusiva – a comunidade LGBTQIA+. Fizemos uso de alguns programas de edição, como o *Power Point* (para a base do projeto), o *PhotoScape* (para as edições necessárias) e o *Freepik* (para escolha e uso gratuito de fotos e vetores em geral). Os elementos específicos utilizados em cada parte do projeto estão apontados nas subseções da seção 5.

#### 3.4.1 Decisões sobre temáticas, estilo e estrutura do material elaborado

Baseando-nos nas discursividades de Bakhtin, o qual correlaciona os gêneros do discurso à história das línguas e à história e vida de seus próprios falantes (BAKHTIN, 1997[1979] apud BIAZOLLI; BERLINCK, 2021), e por considerarmos o material de divulgação científica – no caso, o guia a ser apresentado neste estudo – um gênero discursivo, pautamos nosso projeto de confecção do material segundo os elementos *tema, estilo e construção composicional*. A discussão sobre isso está mais bem detalhada na seção 5.

Biazolli e Berlinck (2021, p. 19) esclarecem que “(...) dos modelos teóricos que incluem a noção de gênero como um de seus fundamentos, a perspectiva bakhtiniana

---

<sup>16</sup> Pesquisa de Iniciação Científica intitulada: *Linguagem inclusiva: qual é o “x” da questão? - Definição e defesa*. Edital PROPQ 001/2020 - ICTSR: seleção 2020 – 2021.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://pji.portaldosjornalistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/GuiaTodxsNos.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.

<sup>18</sup> Disponível em <https://www.todxs.org/biblioteca>. Acesso em: 03 nov. 2021.

<sup>19</sup> Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod\\_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

compartilha vários pressupostos com a abordagem sociolinguística, a começar pela concepção de língua.”. Nessa lógica, as autoras discorrem sobre até mesmo a possibilidade de se considerar a proposta bakhtiniana como precursora da Sociolinguística moderna em diversos aspectos teóricos. Assim como as autoras, ancorando-nos nas considerações de Bakhtin (2003) sobre a importância dos três elementos supracitados no *todo* do enunciado e da especificação de cada um deles nas esferas de comunicação, uma vez que toda manifestação linguística se dá por meio de um enunciado e este enunciado materializa um gênero, não poderíamos nos propor a construir um material de divulgação científica (um gênero escrito), ainda por cima sobre língua (linguagem inclusiva), sem nos atentarmos a essas demarcações.

Dito isso, nosso material foi planejado com base nesses três elementos, contemplando os seguintes aspectos:

**A) Tema(s):**

- Foram desenvolvidos/discutidos estes conteúdos:

1. O que é língua;
2. A variação linguística;
3. Língua, sociedade e identidade(s);
4. Linguagem Inclusiva.

**B) Estilo:**

- Foi utilizada uma linguagem acessível para, por parte de leigos, a maior compreensão do assunto.

**C) Estrutura:**

- O material foi dividido em 4 (quatro) partes principais, conforme destacado em *Tema(s)*;
- Foram utilizados imagens e textos;
- Foi utilizado aporte tecnológico para a edição e *design* do material.

Na próxima seção, analisaremos os resultados obtidos a partir das pesquisas sobre linguagem inclusiva, as quais, conforme já mencionado, contribuíram para a disposição/discussão dos conteúdos apresentados em nosso material de divulgação científica.



## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA

Nesta seção, visando proporcionar uma análise que aclare da melhor forma possível, com exemplificações, o fenômeno linguístico estudado, discutimos materiais que versam sobre o conceito de linguagem inclusiva, orientando (ou não) seu uso e destacando as reverberações de seu emprego na sociedade. Por fim, apontamos as questões linguísticas e extralinguísticas que motivam a utilização de determinada marcação, no intuito de argumentarmos o porquê de defendermos sua utilização. O *corpus*, conforme descrito na seção anterior, é composto por dissertações, artigos, notícias jornalísticas e comentários de publicação proveniente da rede social *Facebook*. A seguir, exploraremos cada instância previamente destacada.

### 4.1 Resultados da Instância I: acadêmico-científica

À Instância I atrelamos as produções acadêmico-científicas, que totalizaram duas dissertações e três artigos. Em todas elas há argumentos sobre o uso da intervenção semiótica “@”, a utilização de “x” e/ou o uso do “-e”, em maior ou menor escala, a favor ou contrários.

Já pontuamos no desenrolar desta pesquisa que defendemos o uso da linguagem inclusiva por reconhecê-la como marcação identitária do espectro de gênero. À vista disso, Medeiros (2016), com base na Análise do Discurso pecheutiana, disserta sobre língua e gênero e as variadas formas de se “incluir” a igualdade de gênero: a não utilização do masculino genérico; o feminino claramente expresso nas sentenças e o uso de “@”, “x” ou “-e”, propriamente dito. Nessa última questão, traz à tona a problematização de gênero, compreendendo-a em toda sua diversidade e não somente nas dissonâncias binárias (homem/mulher), conforme a passagem:

O que identificamos neste breve cotejamento [entre o “Manual para uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende” e a cartilha “Direitos iguais nas diferenças: Cartilha da Diversidade de Gênero”, ambos publicados pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul] (...) é que a proposta de uma linguagem não sexista parece se limitar a incluir e destacar as mulheres por meio da sintaxe e da concordância nominal sem oferecer alternativas que deem conta da diversidade de gênero. (MEDEIROS, 2016, p.76)

No uso de “@”, “x” ou “-e”, embora reconheça as transgressões à morfologia, que são, de fato, um obstáculo para sua aceitabilidade sistêmica, Medeiros (2016) expressa ser este um caso que atravessa a disputa sobre *como* se deve dizer, chegando a uma disputa sobre *quem* a língua deve representar. Isso carece de maiores desdobramentos e é necessário que esses desdobramentos compreendam que a língua figura como uma representação de mundo e que novas realidades, novas identidades, exigem novas formas de se dizer.

Na esteira dos estudos sobre linguagem inclusiva, Santos (2019) desenvolve sua dissertação abordando, também, estratégias linguísticas que evitam o uso do gênero gramatical masculino como forma de referência a homens e mulheres – a partir da análise de manuais, outros trabalhos e falas de parlamentares em pronunciamentos orais –, desde a concepção do masculino como não inclusivo até as outras formas de se “neutralizar” a língua, como as intervenções já descritas.

O autor destaca não ter identificado nas falas analisadas o uso de morfema gramatical neutro “-e”, muito menos o uso dos sinais gráficos “@” ou “x”. Para Santos (2019, p. 111),

Propostas como essas se configuram como mudanças mais difíceis de implementação, pois são modificações mais profundas na estrutura morfossintática da língua, e, como o uso dos sinais gráficos ‘x’ e ‘@’, não possuem representatividade fonológica, estando mais relacionadas ou até mesmo restritas a usos escritos da língua e, algumas vezes, a contextos pouco formais.

Castro e De La Paz (2018), para além de refletirem sobre o que é a linguagem inclusiva, trazem as contribuições de Paulo Freire para o uso dela, destacando a inquietação do educador brasileiro quanto à escrita de seu próprio livro “Pedagogia do Oprimido” (1968), retomado anos mais tarde, com a publicação de “Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido” (1992), no qual assume nova escrita e passa a abarcar o feminino e o masculino em sua redação.

Seguindo a linha terminológica de linguagem inclusiva, o artigo indica três pontos ideológicos cruciais: “1) Que o masculino não inclui o feminino (HIERRO, 2007); 2) Que a linguagem ‘oficial’ é sexista e exclui as mulheres (FREIRE, 1997); 3) Que a linguagem precisa ser recriada, reconstruída e repensada para ser verdadeiramente inclusiva [...]” (CASTRO; DE LA PAZ, 2018, p. 82).

Ao que nos convém destacar, as autoras destrinçam sua argumentação pairando na

tese de que não há (somente) um caminho para nos apropriarmos da linguagem inclusiva e que, nesse sentido, por exemplo, existem falantes da língua que utilizam o “@”, o “x” ou “-e”, além de outros termos genéricos – todos eles denotando “sua justificativa inclusiva e política” (CASTRO; DE LA PAZ, 2018, p. 87).

Limitando-se à perspectiva de análise linguística voltada ao estudo da estrutura da língua, Pessotto dos Santos (2019) aponta como linguagem inclusiva o uso de “@”, “x” ou “-e”. De antemão, a autora indica que nenhuma dessas estratégias é plenamente satisfatória para a organização interna da língua. Entretanto, admite que as/os linguistas em geral têm um compromisso científico de explorar o que acontece na língua ao longo de seu desenvolvimento. Dito isto, Pessotto dos Santos (2019) tece considerações acerca da temática e, baseando-nos nessas considerações, propomos certas reflexões.

Após expor as bases teóricas sobre a marcação de gênero gramatical no português brasileiro, apoiando-se sobretudo em propostas de Câmara Jr. (2009[1970], 1973) – a saber: i) a forma gramatical conhecida como masculina é a não marcada para gênero, expressando tanto o gênero neutro quanto o masculino; (ii) a forma conhecida como feminina expressa uma especialização, é a forma marcada para gênero; (iii) nem toda vogal final de um substantivo marca gênero, pois, na maioria dos casos, a vogal final é uma vogal temática; etc. –, a autora rebate casos em que não haveria a necessidade de se utilizar estratégias de neutralização (por exemplo: *dentist@*, *dentistx* ou *dentiste*; *professor@s* ou *professorxs*; dentre outras palavras).

Pessotto dos Santos (2019) explicita que “@” e “x”, respectivamente, não correspondem a um fonema da nossa língua (e, por isso, é impossível de ser analisado com base na linguística) e é antinatural ao sistema, tornando-se, então, o “-e” o uso o mais plausível, mas que, ainda assim, não funcionaria de forma orgânica, já que a alteração modificaria a concordância de toda uma sentença (alunes – “Todes es alunes são bem-vindes”) (PESSOTTO DOS SANTOS, 2019). Conclui que, “com base nas linha (sic) teórica apresentada sobre a marcação de gênero gramatical no PB [português brasileiro], nenhuma das estratégias hoje largamente utilizadas para a neutralização é plenamente satisfatória” (PESSOTTO DOS SANTOS, 2019, p. 172).

Ao levantar, então, a questão se haveria uma saída favorável à neutralização da

marcação de gênero gramatical no português, a autora responde:

Apesar de variação e mudança serem inerentes a qualquer língua, é preciso considerar que i) essa mudança não se dá por imposição e ii) segue um curso sistemático, que leva tempo, e nunca se desgarra abruptamente das regularidades do sistema. (PESSOTTO DOS SANTOS, 2019, p. 172)

Chama-nos atenção o fato de Pessotto dos Santos (2019) atrelar a imposição tão somente ao uso de “@”, “x” ou “-e”; e não o oposto – a imposição de muitos (de linguistas adeptos à teoria da estrutura da língua até grande parcela de leigos) pelo *não* uso dela. Essa noção de “imposição” vem associada à noção de “aceitação”, porque toda nova forma de expressão só se converte em mudança se alcançar a aceitação da comunidade. Nessa comunidade atuam forças político-sociais-ideológicas conflitantes, o que limita a expansão da adoção de certas formas associadas a grupos marginalizados ou invisibilizados.

A alternativa recuperada pela autora é a escolha de palavras que sejam melhores ao contexto: “Por exemplo, ao saudar uma plateia mista com “Bom dia a todas e todos” em vez de optar pelo alegado masculino neutro “Bom dia a todos” é uma estratégia do uso amigável à estrutura da língua” (PESSOTTO DOS SANTOS, 2019, p. 173-174). Notamos que a autora sugere um uso inclusivo determinado pela marcação expressa do feminino, mas se esquece do primordial nessa discussão: pessoas que não se identificam completamente e/ou exclusivamente com um dos gêneros binários existentes na língua portuguesa, podendo elevar causa de disforia social ao não terem seus pronomes e, conseqüentemente, seu gênero, respeitados. A língua é uma ferramenta social de comunicação e ignorar essa certeza em prol do “uso amigável à estrutura da língua” é negar todo seu aparato histórico-social.

Por último, ainda destacamos um apontamento feito pela autora – o qual se refere à utilização de “homem” para dirigir-se à humanidade. Para Pessotto dos Santos (2019), o uso do termo é uma questão de escolha, e não uma obrigatoriedade, já que há termos coletivos que podem substituir esse uso (*pessoas, gente*, por exemplo). Com efeito, é uma das sugestões de inclusão linguística, mas novamente não podemos omitir a circunstância em que vivia a sociedade ao determinar o masculino como metonímia da humanidade: um espaço comandado pela figura masculina cisgênera, que retratava a sociedade baseada na sua dominância sobre ela.

Chegamos, enfim, ao artigo de Boenavides (2019) que, embora discorra

especificamente sobre a ressignificação de alguns termos, contém um desdobramento sobre a linguagem inclusiva. Encontramos a reflexão da autora sobre a ressignificação que os termos considerados pejorativos têm tomado, uma vez que tentam driblar a dominação do masculino sobre aquilo que pode ser dito (BOENAVIDES, 2019). Em suas colocações, discorre acerca da desigualdade de gênero, tanto na sociedade em geral quanto em termos de língua, abordando desde a questão do masculino genérico até o uso de “@”, “x” ou “-e”. A este último uso acrescenta duas informações: (i) é uma alternativa para a escrita, e não para a leitura; e (ii) formalmente, com base em Câmara Jr. (2009[1970]), não se deve considerar a existência de desinência de gênero masculino no português, apenas de feminino.

A autora demonstra claro posicionamento contrário ao uso dessas marcações, uma vez que compreende que a proposta da linguagem inclusiva visa uma neutralidade que o próprio feminismo defendido por ela quer combater (já que, neutralizando as palavras e expressões, a mulher seguiria sendo invisibilizada). Nessa lógica, apresenta a Teoria *Queer* como a base principal desse movimento, assinalando que “gênero” é visto como uma característica definidora pessoal e individual, sendo politicamente neutra, discordando, logo em seguida, dessa neutralidade política, já que não existe ser sujeito e ser não político (BOENAVIDES, 2019).

Boenavides (2019, p. 6) destaca:

Questionamos, então, o uso desta proposta pelo movimento feminista, já que “nenhum setor oprimido da sociedade [...] pode confiar a outras forças a direção e o desenvolvimento de sua luta pela liberdade – ainda que essas forças se comportem como aliadas” (Evelyn REED, 2008, p. 21). Nós, mulheres, que, [...], pouco nos denominamos/afirmamos/identificamos como grupo, não podemos permitir continuar sendo invisibilizadas por códigos linguísticos nos quais nunca temos vez.

Embora o entrave se dê, em suma, pelo posicionamento ideológico de um feminismo que não defende a existência de outras identidades, mas que se preocupa somente em não ter a sua própria invisibilizada, a autora exprime uma ideia que repercute de maneira direta às nossas colocações, a qual nos atemos: “[...] os valores estabilizados na sociedade são estabilizados na linguagem, existindo uma interinfluência entre esses valores, podendo a mudança dos modos de pensar de uma sociedade transformar o tom apreciativo de uma palavra da língua” (BOENAVIDES, 2019, p.7). Isto é, as mudanças sugeridas por

movimentos que também buscam representatividade são legítimas; a priori, se partirmos de um imaginário de sociedade que desmistifique seus preconceitos e reveja a valoração permissória somente às classes dominantes, talvez o estranhamento não seria visto como algo negativo.

#### 4.2 Resultados da Instância II: jornalística

Na instância jornalística, há uma profusão de textos argumentativos ancorados em posicionamentos políticos e, conseqüentemente, enfáticos em suas escolhas terminológicas e descrições. Dentre todos os termos, “*linguagem neutra*” e “*gênero neutro*” são os que mais se destacam nas matérias, ressaltando as informações já pontuadas nos quadros 14, 15 e 16. Algumas veiculações jornalísticas apenas descrevem algum caso ocorrido que remete à linguagem inclusiva, enquanto outras assumem uma opinião sobre o debate.

A começar pela notícia do Jornal GZH (1)<sup>20</sup>, o colunista se situa contrariamente ao uso da linguagem inclusiva, assumindo que interferir na língua não predispõe mudança na sociedade e, mais uma vez, estamos à frente de um autor que tece seus argumentos baseando-se nas afirmações de Câmara Jr. quanto à marcação do feminino “-a” e a ausência de marcação no masculino. Ainda assim, declara que “uma língua não é estática e imutável porque necessariamente deve espelhar as tensões e as mudanças sociais do momento”, o que nos leva a registrar certa contradição em sua própria fala, afinal, a linguagem inclusiva não está justamente espelhando um embate social na língua?

A segunda matéria, do Jornal O Globo (2)<sup>21</sup>, apresenta dois linguistas debatendo sobre o assunto. Enquanto Bizzocchi se posiciona de maneira contrária ao uso da linguagem inclusiva, afirmando que mudança não se dá por imposição e que a terminação “-o”, na verdade, é resultado da fusão do masculino e do neutro na evolução fonética do latim, Severo assinala a importância de se ter uma sensibilidade para como a língua tem sido usada no decorrer da história, sendo responsiva a movimentos sociais, culturais e, também, como expressão de identidade – movimento próprio da língua.

Perpassando a questão da linguagem inclusiva, diversas notícias foram publicadas a respeito de seu uso em uma escola do Rio de Janeiro (Liceu Franco Brasileiro), como no caso

---

<sup>20</sup> Ver quadro 17 apresentado na seção de Metodologia.

<sup>21</sup> Ver quadro 17.

das notícias 3, 4, 5 (do Jornal O Globo) e 7 (do Jornal Metr p les)<sup>22</sup>. A como o foi tamanha que reverberou para além dos muros estudantis, chamando a aten o de deputados estaduais conservadores que se opuseram ao ocorrido. Enquanto tais notícias discorrem sobre a circular interna divulgada pela escola, que se dirigia aos estudantes por meio da sauda o “Queridos alunos”, em defesa da representatividade da diversidade identitária, deputados a ridicularizam sob a falaciosa premissa de “ideologia de gênero”, “falsidade ideológica” e “destrui o da língua portuguesa”. Por vezes, desenvolvem-se discursos de que a linguagem inclusiva “vai contra a ciência” (conforme notícia 9<sup>23</sup>, do Jornal Metr p les), ignorando qualquer indicador legítimo de varia o linguística.

Essa concep o de destrui o da língua portuguesa exposta pelos deputados filiados a partidos conservadores (notícias 8 e 11, do Jornal Metr p les<sup>24</sup>) remonta   ideia do purismo linguístico, a uma visão de sistema imutável e deslocado das causas sociais. Mais do que isso – e diferentemente dos apontamentos articulados por estudiosos da área –, o discurso que prevalece não   sistemático, mas enviesado por preconceitos: ao tentar proibir institui es de ensino e bancas examinadoras de concursos públicos de utilizarem “o neutro” para se referirem a pessoas que não se identificam com os gêneros masculino e feminino, por exemplo, evidencia-se a intolerância quanto   diversidade sexual e de gênero.

Apesar da linguagem inclusiva esbarrar em alega es inconsistentes e discriminatórias – não   surpresa que o emprego de “@”, “x” ou “-e” seja ridicularizado e relegado a condi es de escárnio, vide notícias 10 e 12<sup>25</sup> do Jornal Metr p les: “Nesses dias, eu estava assistindo “Watchmen”, no Netflix. Nunca sei se   “no” Netflix, ou “na” Netflix. Netflix   maior gênero neutro a ,  .   “ne” Netflix.” –, notícias como a da publica o do romance “Garota, mulher, outras”, de Bernardine Evaristo, revelam uma grande potencialidade dos debates linguísticos e culturais na atualidade, bem como das possibilidades inesgotáveis da própria língua. Nesse romance, há uma personagem que se identifica como “gênero neutro”, tendo sido sua linguagem acompanhada da forma não binária como a personagem se v  – cabendo   versão traduzida t mbar dar conta dessa

---

<sup>22</sup> Ver quadro 17.

<sup>23</sup> Ver quadro 17.

<sup>24</sup> Ver quadro 17.

<sup>25</sup> Ver quadro 17.











Em tempo, a referência utilizada no *post* provém de uma discussão ainda mais específica em torno da linguagem inclusiva, a qual define certas preferências de usos linguísticos para a veiculação e fluidez da mesma. Diante disso, outro usuário se propôs a fazer um compartilhamento desse *post* no grupo em questão, claramente ironizando o tema apresentado, ao citar “o futuro do Brasil são os jovens” e, logo em seguida, “jovens: [...]”. Essa construção de oração nos leva a perceber o tom implícito de uso adversativo, quando o sujeito infere a segunda oração na intenção de contrapor o primeiro argumento. Ademais, a intencionalidade de um suposto deboche expressa, ainda que sutilmente, uma atitude (negativa) frente à marcação de “-e” / “-u”.

A partir do exposto, outros internautas começaram a interagir, provocando uma grande repercussão – que pode ser notada pela quantidade de reações ao *post*-base (cf. quadro 18).

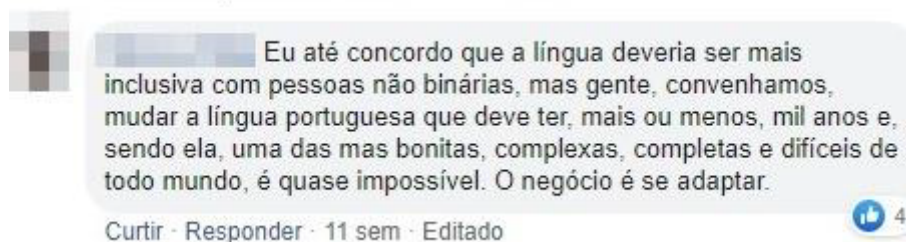
**Quadro 18** – Reações ao *post*-base

| Reação  | Quantidade | Último acesso em: |
|---|------------|-------------------|
|  | 5 mil      | 25 ago. 2021      |
|  | 795        | 25 ago. 2021      |
|  | 108        | 25 ago. 2021      |
|  | 49         | 25 ago. 2021      |
|  | 22         | 25 ago. 2021      |
|  | 17         | 25 ago. 2021      |

Fonte: Elaboração própria

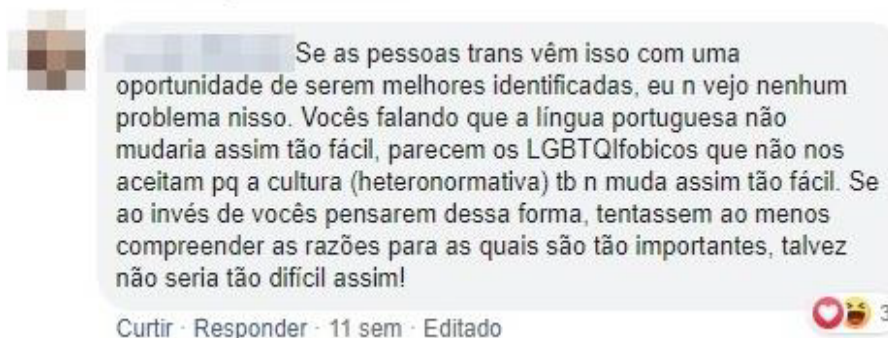
Como já sinalizado na seção anterior, selecionamos 17 comentários para as nossas análises. Começamos, então, pelos apresentados nas figuras 10 e 11.

**Figura 10** – Comentário de usuário\_1



Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

**Figura 11** – Comentário de usuário\_2



Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

Na figura 10, vemos um discurso muito recorrente sendo propagado: ao citar “mudar a língua portuguesa que deve ter, mais ou menos, mil anos e, sendo ela uma das mais bonitas, complexas, completas e difíceis de todo mundo, é quase impossível”, a usuária reforça a crença em um sistema linguístico imutável. A atitude perante o tema retoma as percepções que os falantes têm da língua: ainda que seja um sistema heterogêneo, que seja suscetível à sobreposição de variantes e integração delas na língua, as modificações muitas vezes passam como um fato imperceptível pelo corpo social.

Na figura 11, o posicionamento já é outro: a avaliação dada pelo falante reforça o caráter político da língua e a visibilidade de integrantes da comunidade LGBTQIA+: “vocês falando que a língua portuguesa não mudaria assim tão fácil, parecem os LGBTQIfóbicos que não nos aceitam porque a cultura (heteronormativa) também não muda assim tão fácil”. Fazendo um paralelo com questões sociais diretamente relacionadas ao comportamento social dos falantes e, logo, linguístico, o usuário avalia comentários contrários ao uso da linguagem inclusiva de maneira negativa, associando-os à cultura tradicional e conservadora, que impede as vivências que transgridam o que já fora estabelecido social, cultural e

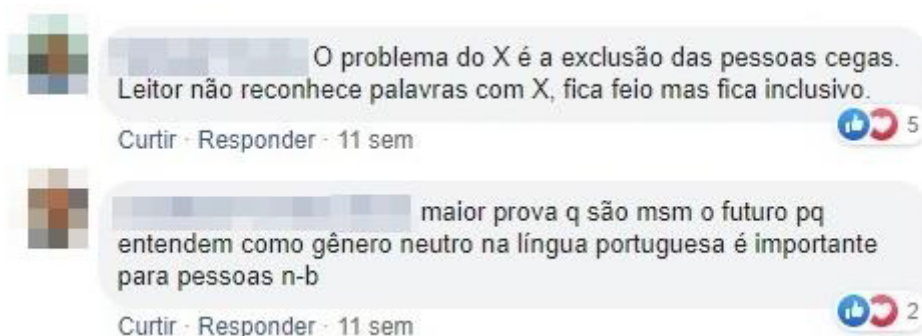
historicamente.

**Figura 12** – Comentários de usuários\_3, 4, 5, 6, 7



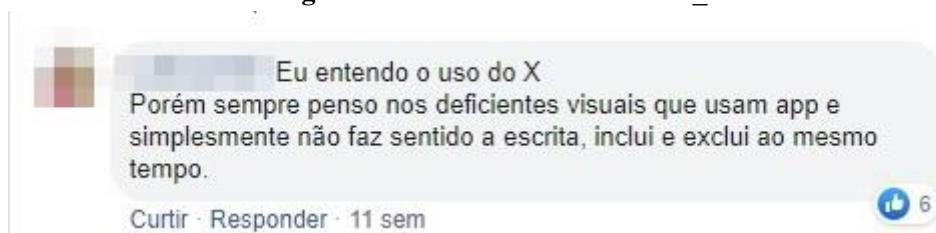
Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

**Figura 13** – Comentários de usuários\_8, 9



Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

**Figura 14** – Comentário de usuário\_10



Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

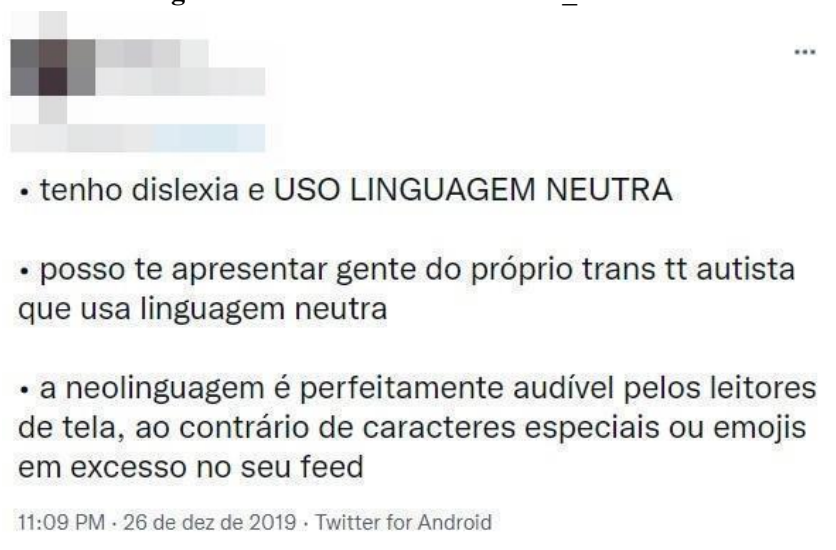
As figuras 12, 13 e 14 trazem à tona outra discussão essencial: a problemática que envolve a admissão da linguagem inclusiva, mas restringe o uso para aqueles portadores de alguma deficiência.

Antes de mais nada, é fundamental que compreendamos o que é o capacitismo. Segundo Mello (2016), esse conceito implicaria a forma como as pessoas com deficiência são vistas como incapazes:

No caso do capacitismo, ele alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais, como o sexismo, o racismo e a homofobia. (MELLO, 2016, p. 3272)

Isto é, embora a linguagem inclusiva suscite algumas barreiras morfosintáticas e possíveis dificuldades funcionais com aparatos tecnológicos (o que, como sabemos, estão em constante processo de evolução para atender às necessidades humanas), não se deve assumir que pessoas com deficiência são incapazes de aprender algo novo. Considerar isso é também excluir a possibilidade de pessoas desses grupos sociais serem não binárias e/ou fazerem uso dessas marcações, tanto na fala (com o “-e”) quanto na escrita (com o “@”, o “x” ou o “-e”), vide figura abaixo:

**Figura 15** – Comentário de usuário\_11



Fonte: Twitter, s/p, online

A discussão entre os usuários quanto a essa questão contempla, por um lado, discursos que sugerem saídas mais viáveis, como o uso de determinadas vogais para a compreensão de leitura e escrita para portadores de dislexia ou TDAH; e, por outro, a ideia de que deve haver uma equiparação de competência a todas as pessoas: “aliás, tenho dislexia e TDAH e aprendi aos poucos. Pois toda língua é mudança” (cf. figura 12).

**Figura 16** – Comentário de usuário\_12

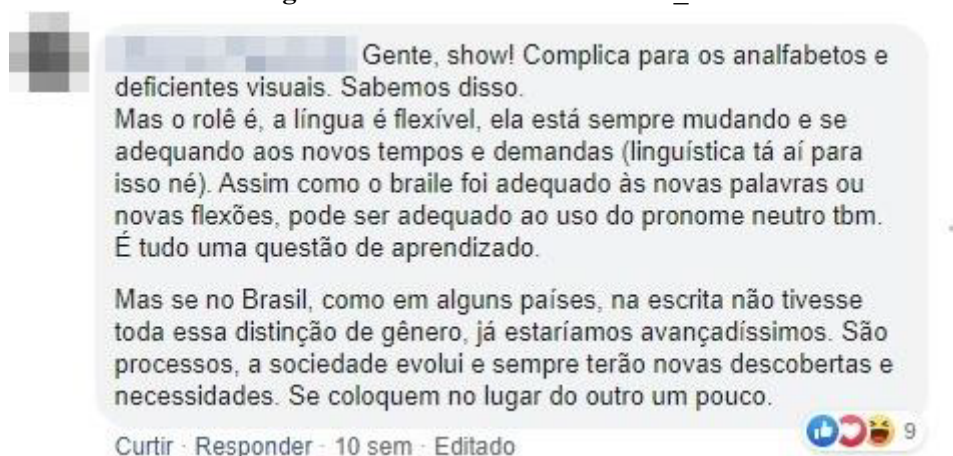


Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

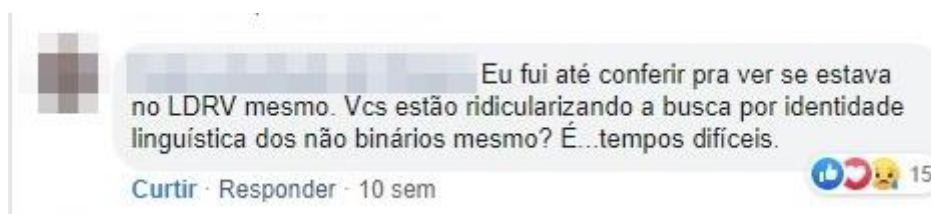
No caso apresentado acima, vemos o que existe de mais presente no senso comum: manifestações que retratam um sentimento de inferioridade em relação à língua falada. Por consequência, notamos a existência de uma crença enraizada no fato de que a língua portuguesa está num nível acima das capacidades dos falantes (LAPERUTA-MARTINS, 2019) e isso se reflete diretamente na avaliação que esses falantes fazem de si enquanto usuários da língua, uma avaliação explicitamente negativa.

Outros usuários, por sua vez, revelam ter um entendimento otimista no que tange à compreensão do que há por trás dos usos de “@”, “x” ou “-e” – como destacado nas figuras

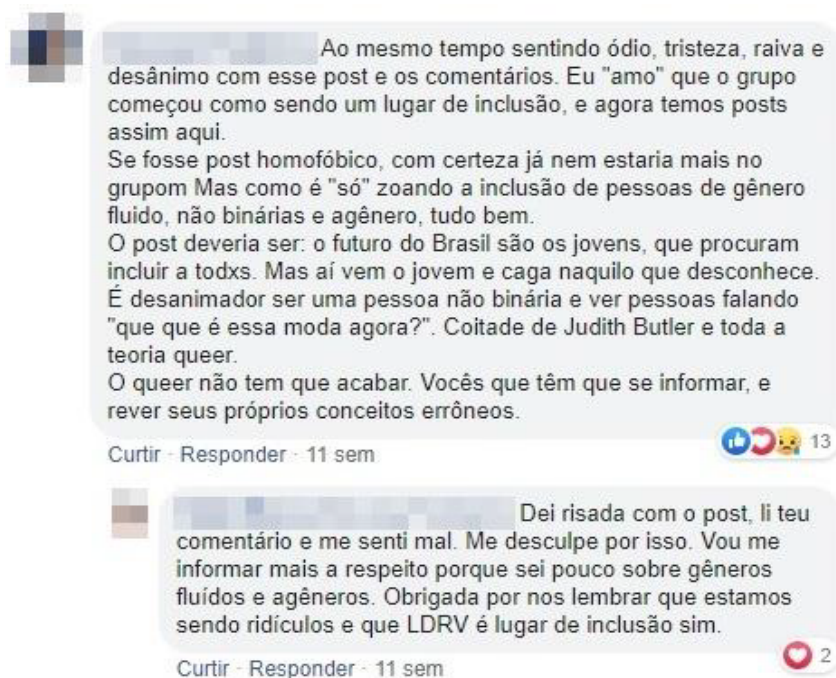


**Figura 17** – Comentário de usuário\_13

Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

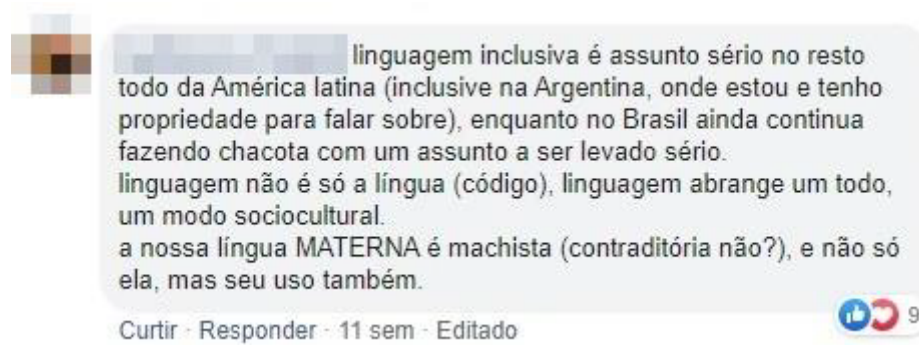
**Figura 18** – Comentário de usuário\_14

Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

**Figura 19** – Comentários de usuários\_15, 16

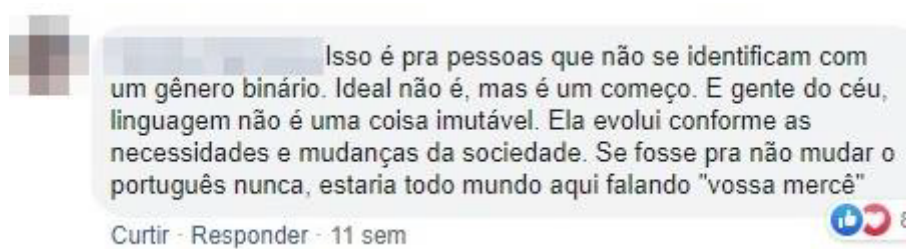
Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

**Figura 20** – Comentário de usuário\_17



Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

**Figura 21** – Comentário de usuário\_18



Fonte: LDRV, 2019, s/p, online

As figuras acima demonstram a condição de se respeitar e entender que as mudanças sociais acarretam, por conseguinte, mudanças no entorno linguístico. Observamos na discussão sobre o emprego do “@”, “x” ou “-e”, tendo destaque o fato de a língua não se resumir somente ao código linguístico, visto que é condicionada por posições políticas e sociais que reverberam no imaginário linguístico dos falantes e se atrelam aos seus usos. Além disso, ganha espaço, também, a representatividade que esses usos têm às pessoas não binárias.

O fato é: não podemos ver a língua como uma questão secundária aos momentos históricos e sociais em que ela está inserida; novas repercussões societárias causam estranhamento e isso é normal, o que não podemos aceitar é que a verdade de um seja considerada como verdade universal. Outros modos de ser, viver e se identificar precisam ser encarados como um constituinte natural do espectro da vida, bem como da língua.

#### **4.4. Síntese dos resultados – para a elaboração do material de divulgação científica**

A partir das discussões apresentadas nas três instâncias deste estudo (acadêmico-científica; jornalística e virtual/digital), selecionamos algumas observações relevantes para ilustrar e compor nosso material de divulgação científica. Abaixo, sinalizamos o que será recapitulado de cada campo discursivo:

##### **1) Instância I: acadêmico-científica**

Os trabalhos realizados dentro da Academia sobre a linguagem inclusiva, majoritariamente, privilegiam um discurso estruturalista e gerativista no que compete à análise da língua. Por conta disso, deparamo-nos com comentários que investem na recusa do fenômeno variável estudado, seja por sua inviabilidade oral ou escrita. Há também estudos que contemplam a problemática fonética de seu uso, mas reconhecem a importância da discussão (que atravessa as barreiras da língua); e, por fim, temos também estudiosos da língua que sustentam suas colocações com o princípio de serem as práticas sociais que regem a língua e, portanto, deve-se dar forte atenção aos fatos extralinguísticos que impulsionam a adoção da linguagem inclusiva.

Com base nos pontos abordados acima, levaremos à criação do nosso objeto uma discussão sobre o que é língua e variação linguística, fundamentada nas concepções da Sociolinguística, de forma breve e inteligível.

##### **2) Instância II: jornalística**

Há uma grande variabilidade de discussões trazidas pelas notícias selecionadas, desde debate entre linguistas, até enfoque em situações cotidianas envolvendo o uso da linguagem inclusiva. Nesse âmbito, há certo predomínio de jornalistas/colunistas e políticos que rejeitam o uso, amparando-se, muitas vezes, em falas sarcásticas e escárnio. Por outro lado, encontramos, também, notícia que informa sobre a publicação de um romance em que há uma personagem que se identifica como “gênero neutro”, o qual teve a tradução linguística acompanhando a identidade descrita.

Baseando-nos nessas considerações, abordaremos em nosso material as questões de juízos de valores e a importância das lutas e movimentos sociais.



### **3) Instância III: virtual/digital**

Dessa última instância, analisamos um *post* do grupo LDRV que proporcionou vários comentários sobre as variações em foco. Tais alegações abordam questões pontuais como a subjetividade dos falantes ao avaliarem o outro, a comunidade LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Levaremos todas essas percepções como discussão em nosso material, por considerá-las fundamentais em nossa proposta, tecendo reflexões sobre língua, sociedade, identidade(s) e linguagem inclusiva.

## 5 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Como explicitado anteriormente, a elaboração do material de divulgação que ora se apresenta neste estudo foi pensada a partir dos três elementos (*tema, estilo e construção composicional*) que, juntos, caracterizam qualquer gênero discursivo.

Nesta seção, antes de apresentarmos o produto final, intitulado “Linguagem inclusiva: um guia reflexivo”, discorreremos sobre cada um desses elementos, correlacionando-os a aspectos específicos do nosso material de divulgação científica.

### 5.1 Sobre as temáticas

Um dos elementos apontado por Bakhtin como característico do gênero é o seu *conteúdo temático*. Apoiadas às acepções do filósofo, conforme expressado anteriormente, Biazolli e Berlinck (2021) citam Fiorin e exemplificam a questão:

Fiorin (2006) esclarece que o conteúdo temático “(...) não é assunto específico de um texto, mas é um domínio de sentido de que se ocupa o gênero” (FIORIN, 2006, p. 62). Ele nos dá o exemplo de cartas de amor, que têm como conteúdo temático as relações amorosas; cada carta específica reunirá assuntos variados, particulares à interação que está estabelecendo, mas a temática geral é das relações amorosas. (BIAZOLLI; BERLINCK, 2021, p. 25)

Ou seja, à luz de Bakhtin, Fiorin (2006) afirma que o conteúdo temático diz respeito ao conjunto de temáticas que podem estar envolvidas na produção de um determinado gênero. Para o autor, o conteúdo temático abrange as diferentes atribuições de sentidos e seus recortes possíveis para um dado gênero do discurso (OLIVEIRA; COSTA-MACIEL, 2018).

Esse conteúdo, por sua vez, só pode ser apreendido se considerado dentro de uma perspectiva dialógica, onde haja uma reflexão acerca de sua circulação, das conexões estabelecidas com outros temas, da maneira como esse tema é afetado pelo seu entorno e etc. Esse trânsito entre os diversos campos discursivos compõe o que se denomina “conteúdo temático”.

Partindo dessas colocações, trabalhamos em nosso material em cima da temática da linguagem inclusiva, perpassando por tópicos como i) o que é língua; ii) a variação linguística; iii) língua, sociedade e identidade(s).

## 5.2 Sobre o estilo

*Estilo* sempre esteve relacionado à ideia de *escolha* nos estudos variacionistas, sendo essa assimilação estreitamente consonante com o conceito de estilo como elemento do gênero em Bakhtin (BIAZOLLI, BERLINCK, 2021). No que lhe concerne, é caracterizado pela escolha de recursos linguísticos, sejam eles gramaticais, fraseológicos ou lexicais, na construção do gênero. Essas escolhas estão fortemente ligadas aos posicionamentos e práticas dos sujeitos, conforme citam as autoras:

(...) recentemente, em estudos caracterizados como de terceira onda (ECKERT, 2012), o estilo tem sido definido por uma ênfase maior no papel do indivíduo como agente de práticas estilísticas (escolhas) associadas a valores indexicais de (não) pertencimento, de posições ideológicas, de identidades(s). (BIAZOLLI, BERLINCK, 2021, p. 22)

A exemplo disso, podemos perceber predileções por um discurso mais ou menos formal, dependendo da instância em que se projeta esse enunciado, exigindo, por conseguinte, cautela quanto à seleção lexical ou formalidade no uso do enunciado. Essas faculdades são utilizadas pelo falante no intuito de alcançar determinado ouvinte ou resposta. Em outras palavras, “os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. (...) o estilo integra a unidade de gênero do enunciado como seu elemento” (BAKHTIN, 2003, p. 266).

Para a construção do nosso guia, por se tratar de um material de divulgação científica, escolhemos uma linguagem explicativa, didática e menos rebuscada. Fizemos uso, em nosso texto, de exemplos, de resumos, de paráfrases e de perguntas às pessoas leitoras (como se estivéssemos dialogando). Isso marca nosso entendimento acerca do gênero que nos dispusemos a criar e, ainda, nosso posicionamento frente à familiarização com esse tema como um fator de inclusão social.

### 5.3 Sobre a estrutura

Por fim, temos o terceiro elemento constitutivo do gênero: a *construção composicional* (ou tão somente a *estrutura*), que se refere ao tipo de organização, arranjo próprio e graus de configuração do gênero, desde o mais básico, até o mais rígido (BIAZOLLI, BERLINCK, 2021). Observamos que, assim como o estilo,

(...) ela [a construção composicional] não corresponde a nenhuma prescrição no que se refere à forma de um gênero do discurso. A construção composicional obedece ao mesmo funcionamento dialógico da linguagem verbal e, por isso, caracteriza-se por se constituir como produto de relações dialógicas. Bakhtin (2016, p. 63) acrescenta que perguntas como “A quem se destina o enunciado?”, “Como o falante (ou o que escreve) percebe e representa para si os seus destinatários?”, “Qual é a força e a influência deles no enunciado?” são fundamentais para se pensar a construção composicional. (IMBRUNIZ, 2020, p.823).

É com base nessas indagações bakhtinianas que direcionamos a construção do nosso material, de forma a responder essas questões a partir da ordenação da estrutura. Para isso, dividimos nosso objeto em quatro partes fundamentais para o desenvolvimento do debate, listados como: i) O que é língua?, em que esmiuçamos a questão da língua ser uma prática social; ii) A variação linguística, na qual apresentamos os diferentes tipos de variação, os fatores que podem influenciar nas escolhas linguísticas dos falantes e como ocorre o preconceito linguístico; iii) Língua, sociedade e identidade(s), em que explanamos sobre as discussões atuais acerca dos termos sobreditos; e iv) Linguagem inclusiva, parte que abarca o tema e objetivo geral deste estudo, ao costurarmos a relação intrínseca entre os conceitos debatidos e as novas alternativas de uso linguístico.

Para a base do nosso guia, optamos por um layout e por um uso de cores vibrantes (considerando, para tanto, a simbologia do arco-íris) que remetesse à comunidade LGBTQIA+ – perfil representativo daqueles que utilizam a linguagem inclusiva. Ademais, recorreremos ao uso de imagens que retratassem a desmistificação e a (des)construção do gênero, além de figuras que aludissem ao contexto sociocomunicativo entre os falantes. Toda a criação foi hasteada tendo em vista a expressão do movimento político e social que defende a diversidade e busca maior representatividade na sociedade.

#### **5.4 Produto final: apresentação do nosso guia**

Assimilamos que os vários xis da questão referente ao uso da linguagem inclusiva não são, essencialmente – e a priori – linguísticos. É claro que algumas escolhas de (não) marcação de gênero são inviáveis na fala, sendo produtivas somente se consideradas no ambiente escrito, entretanto, novas alternativas surgem como forma de solução para esses entraves. Como toda e qualquer língua permeada pela política e pelos valores de uma dada sociedade, o uso da linguagem inclusiva também passa pelo funil do julgamento e enfrenta as crenças e as atitudes linguísticas dos falantes.

Ao analisarmos a história de uma língua, devemos considerar, crítica e fundamentalmente, as normas, os princípios e padrões do comportamento social. Se uma sociedade é preconceituosa, inevitavelmente as escolhas linguísticas refletirão essa discriminação, fazendo da língua, também, um espaço para a prática da violência simbólica.

Percebemos, com isso, que a valoração negativa de um uso linguístico significa, inicialmente, uma valoração negativa de quem o opera, da voz por trás dessa variante. Uma vez que o fenômeno variável em destaque está diretamente ligado à comunidade LGBTQIA+, àqueles que buscam representatividade, que lutam diariamente pela própria vida, por respeito e pelo direito de existirem e que, como é de conhecimento ecumênico, são perseguidos e ridicularizados, é de fácil entendimento o porquê de sua validação linguística ser mínima.

Com o material “Linguagem inclusiva: um guia reflexivo”, esperamos desconstruir práticas linguísticas negativas enraizadas em nossa sociedade, disponibilizando discussões acerca da linguagem inclusiva a um público ainda maior, fora da bolha academicista.

O guia, na íntegra, pode ser consultado no Apêndice deste estudo.

## 6 CONCLUSÕES

Neste trabalho, buscamos compreender o que é a *linguagem inclusiva*, a partir de considerações tecidas pelo viés da Sociolinguística Variacionista, discorrendo acerca de seu uso, tanto na escrita – como o emprego de intervenções semióticas (uso de “@”) e do “x” – quanto sua viabilidade na fala, com base no emprego do “-e”. Para isso, observamos essas manifestações em instâncias discursivas distintas, com o intuito de organizarmos uma gama coesa de dados, salientando impressões dos mais diversos usuários da língua.

Como toda e qualquer transformação, há um momento inicial de estranhamento e recusa quanto às mudanças de circunstâncias pré-estabelecidas e, na língua, isso também acontece. A mudança, entretanto, é o carro-chefe de qualquer idioma: a história nos mostra que determinadas variantes foram sendo incorporadas à língua e se tornaram tão legítimas quanto qualquer outra forma de expressão já consolidada.

Uma língua não é bonita ou feia, uma variante não é melhor ou pior que outra, toda essa argumentação gira em torno de juízos de valores. A língua é um organismo vivo que implacavelmente muda com o decorrer do tempo para atender às novas necessidades de quem a utiliza, sendo que esse processo pode se dar de maneira natural ou através de acordos assinados. A título de exemplo, temos o caso de “Vossa Mercê”, utilizado como forma cortês de tratamento ao rei de Portugal, nos séculos XIV e XV, que foi sendo modificado ao longo do tempo, devido a circunstâncias sociais e colonizadoras (PERES, 2007), até firmar o que hoje conhecemos como “você” (e que a internet propiciou a supressão do pronome de tratamento por extenso, assumindo-o como “vc”).

O que podemos perceber a partir das análises e reflexões realizadas neste estudo é que a defesa da gramática normativa e do purismo linguístico muito se associam a uma visão inexorável da língua e à pouca (ou quase nenhuma) aceitação de mudanças disruptivas. Mas de que forma o debate sobre inclusão e equidade lacera os bons costumes ou de que maneira reivindicar tais questões afeta a pureza da língua? Ao que tudo indica, o incômodo é outro.

Como já trazido aqui, segundo Bagno (2020, s/p, online) afirma, “tudo depende, enfim, de quem diz o quê e a quem, do lugar que a pessoa que fala ocupa na ordem do discurso”. Os xis da questão, quanto à linguagem inclusiva, então, não são a suposta rasura no sistema linguístico, a proteção da língua portuguesa, muito menos a aparente preocupação

a médio-longo prazo com as questões históricas da mesma. O grande xis da questão se refere à forma como a língua é interpretada pelos seus usuários, à diversidade de uso intrinsecamente relacionada à identidade dos sujeitos. O grande xis da questão é político. Ideológico. É particular. Vemos, hoje, arguições que se amparam na (hipotética) imutabilidade linguística para validar discursos de ódio, discursos machistas e LGBTQIA+fóbicos; ao negar ou atacar a linguagem inclusiva, ataca-se, na verdade, aqueles que a pleiteiam. Apaga-se sua existência.

Propor uma adaptação na língua não é propor uma neutralidade. Não existe neutralidade na língua, nem no indivíduo. Por essa razão, também, assumimos o termo *linguagem inclusiva* neste trabalho. Ao utilizarmos termos como “*meninx*”, “*menin@*” ou “*menine*”, estamos assumindo uma posição, que é a de questionar os limites do sistema linguístico, atualmente reconhecido como binário, que não reflete as ramificações do espectro de gênero. Quando se propõe a discussão dessa variação, não há um pedido impositivo para que se elimine o masculino e o feminino da gramática, mas, sim, que haja a inclusão de uma forma não marcada de gênero para pessoas que não se identificam com os pronomes tradicionais. Esse uso, então, poderá servir para pessoas não binárias, transsexuais, ou simplesmente para situações em que o gênero de determinada pessoa não é relevante.

Assim como apresentou Cameron (apud BAGNO, 2017), a mudança na prática linguística não vai erradicar o preconceito ou assegurar a igualdade de gênero, mas ela é uma mudança social e, como toda mudança social, ela desperta novas criações, novas formas de ver o mundo. Com isso, movimenta novas formas de articular a própria língua. O que se sustenta nesta pesquisa não é, de fato, indagar a potencialidade de uma marcação linguística ser suscetível à mudança, mas dar atenção à forte eclosão de demandas sociais que buscam meios de se legitimarem – sendo um desses meios a própria língua.

Cabe aos linguistas, portanto, explorar todo o espectro do fenômeno em voga e procurar compreendê-lo para além do fator sistêmico, uma vez que abordagens pautadas somente nessa perspectiva restringem observações que seriam mais frutíferas e importantes se amparadas no limiar social da língua.

A bolha acadêmico-científica já foi (trans)passada, a sociedade está tratando desse assunto nos mais variados contextos e tal uso vem se fazendo cada vez mais presente no dia a dia (cf. figuras abaixo), o que nos fez, por fim, pensar na elaboração de um material de

divulgação científica sobre o tema, a partir de nossas pesquisas e análises.

**Figura 22** – “Todes” marcando presença em caixa de suco comercializada



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora

**Figura 23** – “Tod@s” marcando presença em *folder* de um banco



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora



## 7 REFERÊNCIAS

- ALKMIN, T. M. Sociolinguística - Parte I. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. C. **Introdução à linguística** - domínios e fronteiras. v. 1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 22-47.
- ANITELLI, F. **Zaluzejo**. Osasco, SP. Gravadora Independente. 2003.
- ARGÜELLO, C. A. **A ciência popular**. In: MASSARANI, L. *et al.* (org.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. p. 205-206.
- BAGNO, M. **Me pediram exemplos, aqui vão alguns**. Brasília, 26 de set. 2020. Facebook: araujobagno. Disponível em: <[https://pt.br.facebook.com/araujobagno/posts/3437668349660877?\\_\\_tn\\_\\_=H-R](https://pt.br.facebook.com/araujobagno/posts/3437668349660877?__tn__=H-R)>. Acesso em: 29 set. 2021.
- BAGNO, M. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAGNO, M. O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 355-387.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BAGNO, M. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BIAZOLLI, C. C.; BERLINCK, R. A. Por que investigar processos de variação e mudança linguísticas por meio de gêneros textuais-discursivos? In: BIAZOLLI, C. C.; BERLINCK, R. de A. (org.). **Gêneros textuais-discursivos no estudo de processos de variação e mudança**. Campinas: Editora Pontes, 2021, p. 13-38.
- BOENAVIDES, D. L. P. Ressignificar e resistir: a Marcha das Vadias e a apropriação da denominação opressora. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.27, n.2, e48405, 2019.
- BORBA, R.; LOPES, A. Escrituras de gênero e políticas de *différance*: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 21, n. esp., p. 241-285, 2018.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira, 2003.
- BUENO, W. C. B. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1 - 12, 2010.
- CALVET, L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CALDAS-COULTHARD, C. R. Caro Colega: exclusão linguística e invisibilidade. **Discurso y Sociedad**, 1(2), p. 230-246, 2007.
- CÂMARA Jr., J. M. **Estrutura da Língua Portuguesa**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2009[1970].
- CÂMARA Jr., J. M. **Princípios de Linguística Geral**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.
- CAMERON, D. **Feminism and linguistic theory**. London: Palgrave, 1992.
- CANDOTTI, E. Ciência na educação popular. In: MASSARANI, L. *et al.* (org.). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum

de Ciência e Cultura, 2002, p. 15-29.

CANDOTTI, E. Propondo a criação do Fundo Anísio Teixeira de Divulgação Científica. **Jornal da Ciência**. Rio de Janeiro, v.14, n. 442, ago. 2000. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/candotti.htm>. Acesso em: 13 nov. 2021.

CASTRO, A.; DE LA PAZ, N. I. N. Educação popular e estudos feministas: contribuições para a linguagem inclusiva. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 80-88, maio/ago. 2018.

CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.

COELHO, I. L. *et al.* **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.

DILLINGER, M. Forma e função na linguística. **D.E.L.T.A.**, v. 7, n. 1, p. 395-407, 1991.

ECKERT, P. **Variation, convention, and social meaning**. In: Annual Meeting of the Linguistic Society of America, Oakland, CA, 7 jan. 2005. Palestra.

ESPINDOLA, C. B. Movimentos sociais em movimento: o ativismo LGBT das margens às redes. In: **Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**, Edição 2017. 8 a 10 de novembro de 2017 - Santa Maria / RS. UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/3-2.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/2510-Texto%20do%20artigo-6764-1-10-20161122.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

FARACO, C. A. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERREIRA, E. Uma reconsideração radical da noção de identidade ou a promessa de uma língua? **Trabalhos de Linguística Aplicada**, n. 40, p. 9-16, 2002.

FIORIN, L. J. Os gêneros do discurso. In: FIORIN, L. J. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006. p. 60-76.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Curso de especialização em comunidades virtuais de aprendizagem - Informática educativa. Centro de Educação, UECE, 2002.

FREITAG, R. M. K. Atitudes e identidade linguística: muito chão pela frente. In: CARDOSO, D. P. **Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros**. São Paulo: Blucher, 2015. p. 3-7.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-176

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2001.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva de estudos culturais**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 103-133.

IMBRUNIZ, C.H. Ênfases no ensino de escrita: tema, estilo e construção composicional em livros escolares de português. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 49, n. 2, p. 819-837, jun. 2020.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de linguística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 127-140.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

- LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].
- LAPERUTA-MARTINS, M. Projetos de impacto sobre a pesquisa em crenças e atitudes linguísticas. In: RAZKY, A.; GUSMÃO, E. (org.). **Pesquisas em crenças e atitudes linguísticas**. Araraquara: Ed. Letraria, 2019. p.197-227.
- LEITE, M. Q. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- LIVIA, A.; HALL, K. “É uma menina!”: a volta de performatividade à linguística. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (org.). **Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 109-127.
- LYONS, J. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- MEDEIROS, L. V. A. **Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Editora ABRASCO Associação Brasileira de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.
- MENDES, E. O conceito de língua em perspectiva histórica: reflexos no ensino e na formação de professores de português. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 09-14.
- MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolinguística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, 1998.
- OLIVEIRA, P. T. C; COSTA-MACIEL, D. A. G. Conteúdo temático e estilo no contexto do gênero textual debate regrado: análise docente da proposição de ensino presente no livro didático destinado à educação de jovens e adultos. **Rev. Interfaces**, Guarapuava, v. 9, n. 3, p.145-156, 2018.
- PERES, E. P. De “vossa mercê” a “cê”: os processos de uma mudança em curso Edenize. **R. (con) Tex. Ling.**, Vitória, n. 1, p. 155 - 168, 2007.
- PESSOTTO DOS SANTOS, A. L. Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua(gem) inclusiva. **Revista Ártemis**, vol.28, nº1, pp. 160-178, jul-dez, 2019.
- PORTO, C. de M. A internet e a cultura científica no Brasil: difusão de ciência. In: PORTO, C. M. (org.). **Difusão e cultura científica: alguns recortes**. Salvador: Edufba, 2009. p. 149-165.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (org.). **Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras. 1998. p. 21-46
- RENDEIRO, M. F. B; GONÇALVES, C. B. Divulgação e popularização da ciência: relato de experiência do projeto “Ciência às 7 e meia”. **Revista Areté**, Manaus, v.7, n.13, p.222-231, jan-jun, 2014.
- RIBEIRO, P. R. O.; LACERDA, P. F. A. C. Variação, mudança e não mudança linguística: ressignificando o conservadorismo linguístico no português do Brasil. **Revista LinguíStica/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal**

do Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. X-X, 2013.

ROSSI, P. *et al.* Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, p. X-X, mai/set. 2019.

SANTOS, M. P. **Sexismo linguístico e nomes gerais**: a construção de uma língua inclusiva. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo horizonte, 2019.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva de estudos culturais. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73- 102.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

SCHWINDT, L. C. Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. **Revista Abralín**, v.19 , n.1, p. 1-23, 2020.

TODXS CONSULTORIA, **Linha do Tempo**. In: Kit Diversidade para empresas. 2020. Disponível em: <<https://medium.com/todxs/tagged/todxs-consultoria>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

UNIFESP, Projeto Reexistir. **São conquistas, mas antes de serem conquistas, foram/são direitos negados a pessoas LGBTI+**. São Paulo, 11 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CGOIyhInzOR/>>. Acesso em: 12 out. 2020.

VALERIO, P. M. PINHEIRO, L. V. R. Da comunicação científica à divulgação. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, maio/ago., 2008.

WEINREICH; V.; LABOV; W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006[1968].

YAGUELLO, M. Não mexe com a minha língua! In: BAGNO, Marcos (org.). **Norma linguística**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011. p. 271 – 275.

ZAMBRANO, P. C. **Linguagem inclusiva: qual é o “x” da questão?** - Definição e defesa. São Carlos. 2021. 50 p. (relatório de pesquisa)

## **APÊNDICE**

**“Linguagem inclusiva: um guia reflexivo”**



# LINGUAGEM INCLUSIVA

Um guia reflexivo

*Desenvolvido por:*

Priscila Cristina Zambrano  
Caroline Carnielli Biazolli

# APRESENTAÇÃO



Olá a tod@s, todxs e todes!

Assumindo o uso da **linguagem inclusiva** como fator de inclusão social, desenvolvemos este guia no intuito de explorarmos as diversas possibilidades de **visibilidade**, **representatividade** e **respeito** quanto à língua e aos gêneros.

Esse material, intitulado “**Linguagem inclusiva: um guia reflexivo**”, é fruto de pesquisas realizadas sobre a linguagem inclusiva, ao analisarmos esse tema em um conjunto de materiais selecionado - artigos científicos, dissertações, notícias jornalísticas e comentários postados em redes sociais. Essas pesquisas tiveram como norte teórico alguns conceitos da Sociolinguística.

Você sabe o que é a Sociolinguística? É uma área de estudos científicos sobre as relações entre **língua** e **sociedade**. Para compreendermos o uso da linguagem inclusiva, precisamos contextualizá-la de acordo com **o que ela é, para o que e para quem serve**.

Venha com a gente para conhecer mais sobre esse assunto tão **atual**!

# ÍNDICE



**01**

O que é língua?

**03**

Língua, sociedade e identidade(s)

**02**

A variação linguística

**04**

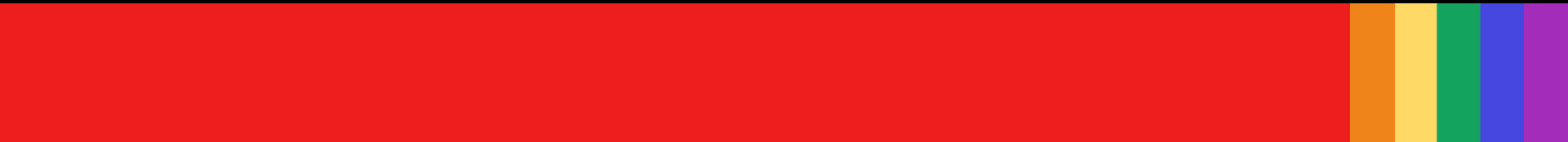
Linguagem inclusiva





**01**

**O que é língua?**




Nos estudos sociolinguísticos, a língua é vista como uma **prática social**.  
Ou seja, todos os aspectos que envolvem a sociedade, em geral, influenciam (in)diretamente na língua e na maneira como as pessoas a usam, seja na forma escrita ou falada.

## Mas o que isso significa?



Significa que são consideradas importantes **todas** as variedades existentes nas línguas.

Essas variedades (que são falas e usos característicos de determinados grupos) permitem a **identificação** e a **demarcação** de diferenças sociais na comunidade.



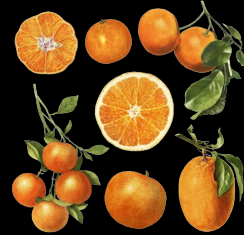


**02**

**A variação  
linguística**

A **variação linguística** nada mais é do que as diversas formas de se dizer a mesma coisa.

## **COMO ASSIM?**



É como se alguém perguntasse se você já comeu uma **bergamota**. Você pode até dizer que não, mas aposto que, se soubesse que bergamota é “mexerica”, sua resposta poderia ser diferente.

E **aipim**? Já experimentou? Talvez no Rio de Janeiro ou Espírito Santo, sim! Em Minas Gerais ou em São Paulo, você, provavelmente, experimentaria a “mandioca”.



Variamos não só quando escolhemos uma ou outra palavra, como no caso de bergamota/mexerica e aipim/mandioca.




Podemos falar **caxa** ou **caixa**; optar por se dirigir a alguém com **tu** ou  **você**.

E... Se alguém perguntar “Você viu a menina?”, o que você pode responder?

R: Eu vi **[Ø]**. ou Eu vi **a menina**. ou Eu vi **ela**. ou Eu **a** vi.

**TU!**  
**VOCÊ!**

Isso é muito interessante, **né?** ou... **certo?**



Devido aos usos e às escolhas linguísticas serem tão característicos, conseguimos, por exemplo, identificar de qual região do país a pessoa é natural, qual o contexto comunicativo em que ela está inserida, se é uma pessoa mais nova ou mais velha que está conversando e até mesmo qual o período histórico em que ocorre esse diálogo.

Alguns fatores auxiliam nessa identificação, como a **idade**, o **sexo/gênero**, o **grau de escolaridade**, a **etnia**, etc.

(COELHO *et. al.*)

Isso quer dizer que **não existe somente uma única forma de falar** alguma coisa ou que existe uma maneira “certa” de se falar. Várias palavras, expressões e construções são diferentes, mas, ainda assim, podem significar a mesma coisa. Se a comunicação é efetiva, isso basta!





# SE LIGA!

É possível que uma frase enunciada não esteja de acordo com o que encontramos nos dicionários e manuais de gramáticas, mas pode estar linguisticamente correta, já que a mensagem é bem-sucedida.

Por conta das diferentes variações, como vimos até aqui, e das diferentes valorações que @s usuáři@s da língua dão às palavras, expressões e construções, podemos esbarrar muitas vezes em discursos **preconceituosos**. Até hoje, um dos preconceitos mais fortes e corriqueiros nas sociedades de classes é o **preconceito linguístico**.



# E o que a sociedade tem a ver com isso?




Vivemos em uma sociedade capitalista separada por classes sociais: em termos gerais, a classe baixa, a classe média e a classe alta. O domínio da classe alta/burguesia acaba refletindo em vários aspectos da comunidade em geral, como, por exemplo, na maneira de se portar, na maneira de se vestir e até mesmo na maneira de falar.



## Uma variação linguística pressupõe um **valor social**.

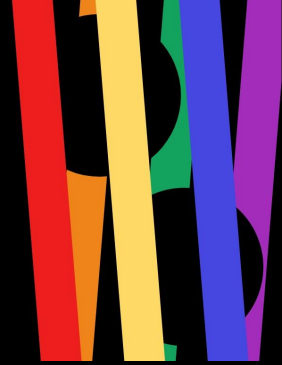
Esse valor se refere a como determinada escolha linguística é bem recebida (ou não) pelos usuários da língua.





Escolhas linguísticas realizadas por pessoas de classes mais baixas da nossa sociedade tendem, em grande parte, a ser estigmatizadas, isto é, **repreendidas** ou **condenadas**.

Entretanto, conforme esses usos passam a ser “aceitos” por outros grupos dominantes (aqueles classificados como mais altos na escala social), o estigma tende a diminuir e (ou) até deixar de existir completamente.



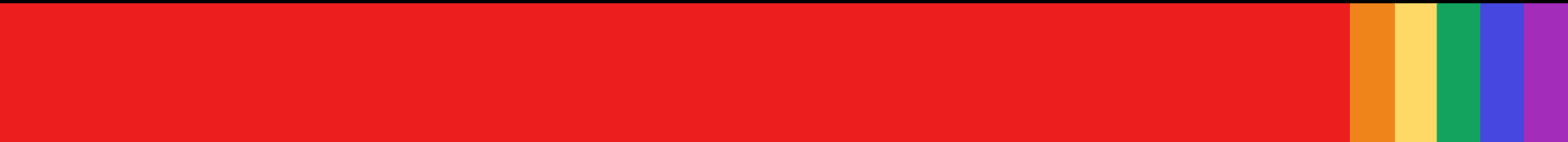
“(...) o preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna de ser aceita, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas normativas e catalogadas nos dicionários e qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente.”

# OU SEJA...

A diferença de posições no jogo social e a hierarquização dos grupos que compõem uma sociedade permitem que **as variedades linguísticas destaquem a posição social de seus próprios falantes**, consideradas superiores ou inferiores, e proporcionem o surgimento de atitudes e comportamentos preconceituosos em relação a variedades da língua que fogem à norma-padrão (ETTO; CARLOS, 2017). Mas, **quando compreendemos que o fenômeno da variação é uma característica inerente a todas as línguas**, o próprio conceito de “certo” e “errado” se torna relativo ao contexto comunicacional.

# 03

**Língua, sociedade e  
identidade(s)**



Já vimos até aqui que não é possível pensar em uma língua que seja deslocada das condições sociais.

Vimos também que o campo da pesquisa sociolinguística estuda as correlações entre formas linguísticas variantes (formas distintas de se dizer a mesma coisa) e fatores censitários (sexo, nível de escolaridade, etnia, etc.), isto é, estuda a relação entre **língua e sociedade**.

Nessa esteira de colocações, outro elemento tem tomado grande espaço nas discussões linguísticas atuais:



a **identidade** des sujeitos.





Toda língua se dá e se desenvolve dentro de uma comunidade, então não podemos explorá-la como uma questão secundária à vida de quem a usa e aos momentos históricos, sociais e culturais em que essas pessoas estão inseridas. **A língua é declaradamente um ato político** e tem sido um meio pelo qual grupos específicos buscam defender e reivindicar seus direitos e suas identidades.





Quando falamos em **identidade**, é fundamental pensarmos a essência dessa construção: a identidade nunca é completada e traz sempre o ideal de pertencimento a algo ou a algum lugar; é um processo constantemente refeito, mesmo que não percebamos, durante toda nossa vida. Estamos sempre atualizando nossa própria identidade com aquilo que nos representa ou não. Em outras palavras, **somos atravessad@s por transformações e mudanças construídas socialmente**, que implicam em como nos vemos e nos comportamos.



“A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. (...) dizer “o que somos” significa também dizer “o que não somos”. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído.”

## Então, essas questões nos levam a compreender que:

- ★ Assim como todo e qualquer fator envolto na sociedade, a identidade também está sujeita a **juízos de valores**, a **questões de poder** e à **hierarquização**;
- ★ Se pensarmos no movimento de inclusão e exclusão, percebemos que toda e qualquer identidade que não corresponda àquelas estabelecidas como “corretas” socialmente acaba recebendo um *status* de **marginalidade**, de **inferioridade**, de **não reconhecimento** e, por fim, de **exclusão**.

A disputa de identidade(s) reflete, de maneira clara, uma disputa político-social e ideológica.



**04**

**Linguagem  
inclusiva**

O que você já sabe sobre **linguagem inclusiva**?

Antes de avançar na leitura, pense nessa questão...

As discussões que envolvem identidade de gênero, pessoas que transitam entre os gêneros e outras similitudes não são atuais. Entretanto, com a crescente visibilidade da **comunidade LGBTQIA+**, maiores inserções de políticas linguísticas e sociais vêm tomando mais espaço. Ainda que seja uma luta contínua e simbólica, algumas diretrizes já foram alcançadas, conforme apresenta a linha do tempo a seguir:

# Linha do tempo das conquistas LGBTQIA+

**2018**

Toda pessoa trans ou travesti recebe direito de alterar nome e sexo no registro civil diretamente no cartório, sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou decisão judicial.

**2019**

Criminalização da LGBTIfobia, enquadrada nos crimes previstos na Lei N° 7716/1989 (Lei do Racismo).

**2020**

STF declara inconstitucional e suspende normas do Ministério da Saúde e Anvisa que exigiam aos gays 1 ano sem transar com outro homem para doarem sangue.

**2011**

Reconhecimento da União homoafetiva.

**2013**

Permissão aos cartórios para realizarem o casamento entre relacionamentos homoafetivos.

**2015**

Permissão para utilização das técnicas de reprodução humana assistida para casais homoafetivos.

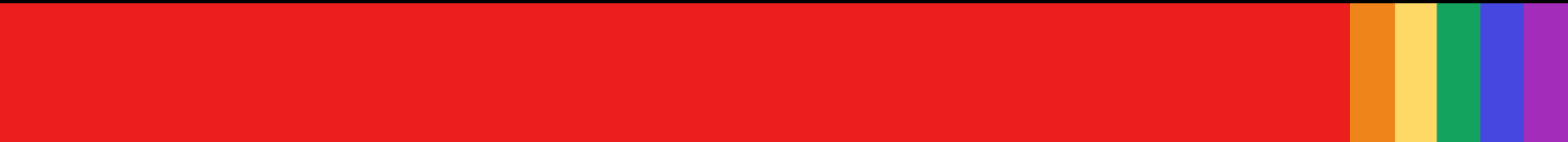
**2016**

Uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autarquia e fundacional.

Ainda que cada vitória deva ser comemorada com fervor, uma vez que estamos nos referindo a um grupo social que sofre há anos com a discriminação e o preconceito sociais, reforçados diariamente por pessoas que não respeitam outras formas de amar, a **resistência em relação à língua** continua sendo um fato.







Diante disso, surge o que denominamos como “**linguagem inclusiva**”.

A linguagem inclusiva vem tomando espaço ao questionar a relação teoricamente definida entre aquilo que escrevemos (ou falamos) e aquilo que, de fato, somos. Essas dinâmicas de atualização e transformação das normatividades linguísticas se apoiam politicamente nas discussões sobre a não estabilidade do que entendemos sobre **identidade**.



## Mas o que a língua tem a ver com tudo isso?



Nos últimos anos, tem havido uma grande discussão sobre a representatividade da diversidade de gênero na própria língua. Esse debate tem questionado o uso binário da língua portuguesa (feminino/masculino) e o motivo por não se utilizar uma forma não marcada na escrita e/ou na fala, a fim de retratar corpos que não se encaixam nesse padrão.

Ao longo de toda a história, a supremacia de concepções sociais **machistas**, **religiosas**, **misóginas** e **patriarcais** fez dominar uma enorme desigualdade entre os gêneros nos mais diversos campos da vida, desde as interações propriamente ditas, até a constituição do poder político na sociedade.



“Não posso deixar de escrever (...) para lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana.”

É nesse contexto de desconstrução da oposição homem/mulher que se instaurou a busca por novos usos linguísticos, que compreendessem a diversidade de corpos e vivências:



As propostas de intervenções como o “@” e o “x” na escrita, por exemplo, além do corrente uso do “-e” na escrita e na fala, são alternativas que rompem com a visão binária da língua portuguesa, materializando preocupações sociais na língua.

A (não) valoração dxs usuárixs da língua sobre essas variantes são, também, condutas cruciais para a exclusão ou inclusão social e podem ser determinantes para o percurso histórico da variação e mudança linguísticas que se produzem na comunidade de fala.



# VAMOS ENTENDER MELHOR ALGUMAS **DEFINIÇÕES?**

Com base em Guimarães (2010), Reis (2018) e Pimenta (2020)

# *Gênero e Sexualidade*

## **Sexo biológico**

Leva em conta as características biológicas (sexuais), cromossomos, etc.  
Refere-se à classificações como mulher, homem ou intersexual.

## **Orientação sexual**

Indica por quem você se atrai física e emocionalmente.

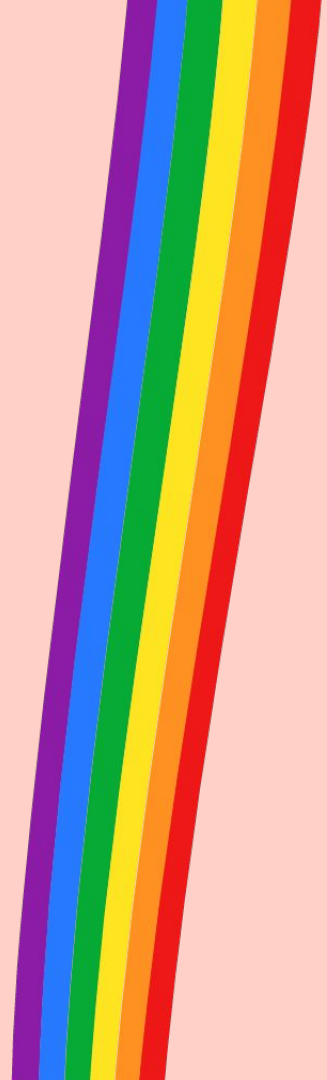
## **Identidade de gênero**

É a forma como você enxerga a si mesmo, podendo ser mulher, homem, os dois ou nenhum.

# *Gênero e Sexualidade*

## ***ORIENTAÇÃO SEXUAL***

- ★ **Heterossexualidade:** atração pelo sexo oposto.
- ★ **Homossexualidade:** atração pelo mesmo sexo.
- ★ **Bissexualidade:** atração por ambos os sexos.
- ★ **Panssexualidade:** atração por pessoas, independente de sexo.
- ★ **Assexualidade:** atração por nenhum sexo. Embora a pessoa não sinta desejo sexual, é capaz de manter um relacionamento amoroso.



# *Gênero e Sexualidade*

## ***GÊNERO***

- ★ **Gênero** se refere aos papéis, atividades e comportamentos que a sociedade atribui culturalmente como adequados às mulheres, aos homens e a pessoas não binárias. Gênero **não se refere** a sexo biológico.





# Gênero e Sexualidade

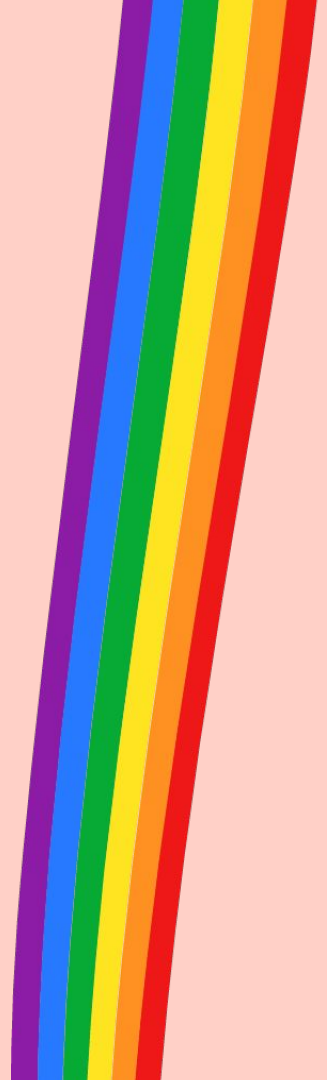
## **IDENTIDADE DE GÊNERO**

- ★ **Cisgeneridade:** identificação com o gênero designado ao nascer.
- ★ **Transgeneridade:** não identificação com o gênero designado ao nascer.

Existem diversas identidades de gênero diferentes, incluindo masculino, feminino, transgênero, gênero neutro, não binário, agênero, pangênero, *genderqueer*, *two-spirit*, terceiro gênero e todos, nenhum ou uma combinação destes (PIMENTA, 2020).

## **EXPRESSÃO DE GÊNERO**

- ★ Maneira como a pessoa expressa seu gênero para a sociedade, a partir do nome, da linguagem corporal, corte de cabelo, roupas e etc.



# COMO USAR A LINGUAGEM INCLUSIVA?





**ALGUMAS**

**SUGESTÕES**



## INCLUSÃO DO GÊNERO NÃO MARCADO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Ao invés de optar pelo masculino como genérico, utilizar marcações gráficas (“@”) ou as letras “x” e “e”. Como, por exemplo:

**todos** = tod@s, todxs ou todes

**amigos** = amig@s, amigxs ou amigues

Como as indicações “@” e “x” não são viáveis na fala, o mais interessante seria o uso da vogal “e”, nesses casos.

## EXPRESSÕES GENÉRICAS

Empregar expressões que representem todes, como, por exemplo, o uso de termos coletivos:

**Os professores** = o pessoal docente/corpo docente

**Os políticos** = classe política

**O Homem** = Humanidade/seres humanos

## USO DA PALAVRA "PESSOA"

Utilizar a tônica em "pessoa":

**O LGBT** = Pessoa LGBT

**Deficiente** = Pessoa com deficiência

**"Quem é ele/ela?"** = "Quem é aquela pessoa?"

## TERMOS NÃO PRECONCEITUOSOS

Evitar o uso de termos que possam ser preconceituosos (racistas, xenofóbicos, LGBTQIA+fóbicos, capacitistas, etc.):

**Inveja branca** = inveja boa

**Serviço de preto** = serviço mal feito

**Roupa de baiano** = roupa sem estilo

**Homossexualismo** = homossexualidade

**Fingir demência** = (se) fingir de desentendido



# CONVITE FINAL

Muitas vezes, sem perceber, fortalecemos práticas linguísticas negativas e, por essa razão, é importante que nos atentemos e desconstruamos a cada dia esses hábitos tão enraizados.

Que tal, a partir de agora, buscar fazer uso de  
**termos inclusivos?**

# REFERÊNCIAS



- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, C. M. N.; MAY, G. H. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2005 (capítulo I - O estudo da linguagem no contexto - p.11-54)
- ETTO, R. M.; CARLOS, V. G. Sociolinguística: O papel do social na língua. **Rev. Mosaico** (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP), São José do Rio Preto, SP – Brasil, p. 719-737, 2017.
- FREEPIK, C 2010-2021. Freepik Company S.L. Disponível em: [www.freepik.com](http://www.freepik.com). Acesso em dez. 2021.
- GUIMARÃES, L. C. **Relações de gênero na escola**: contribuições da prática docente para a desmistificação de preconceitos em relação ao sexo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Universidade Federal do Maranhão, 2010.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- PIMENTA, T. **Identidade de gênero**: tudo o que você precisa saber. Vittude Blog. 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/identidade-de-genero/>. Acesso em: 30 out. 2021.
- REIS, J. F. S. dos. **A importância das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar**. Petdagogia UFBA, 2016. Disponível em: <http://petpedagogia.ufba.br/importancia-das-discussoes-de-genero-e-sexualidade-no-ambiente-escolar>. Acesso em: 30 out. 2021.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva de estudos culturais. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73- 102.
- SLIDESGO, C 2010-2021. Freepik Company S.L. Disponível em: [www.slidesgo.com](http://www.slidesgo.com). Acesso em dez. 2021.
- TODXS CONSULTORIA, **Linha do Tempo**. In: Kit Diversidade para empresas. 2020. Disponível em: <https://medium.com/todxs/tagged/todxs-consultoria>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- UNIFESP, Projeto Reexistir. **São conquistas, mas antes de serem conquistas, foram/são direitos negados a pessoas LGBTI+**. São Paulo, 11 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CGOlyhInzOR/>. Acesso em: 12 out. 2020.